

AVALIÇÃO

*Após vários anos de debates e reflexões,
a Universidade inicia, de forma
madura e democrática,
seu processo de
avaliação.*

Págs. 4 e 5



Thor Crespi Amândola

**Cidadania e
direitos
humanos em
sala de aula**

Pág. 3

**Pesquisa com
supermilho
dá prêmio
à UNESP**

Pág. 12

**Conselhos
de curso, em
busca da
consolidação**

Pág. 6

Universidade se destaca em encontro de municípios de Serra Negra. Pág. 3

Pelo ensino, contra a crise

Marcelo Cássio Necho

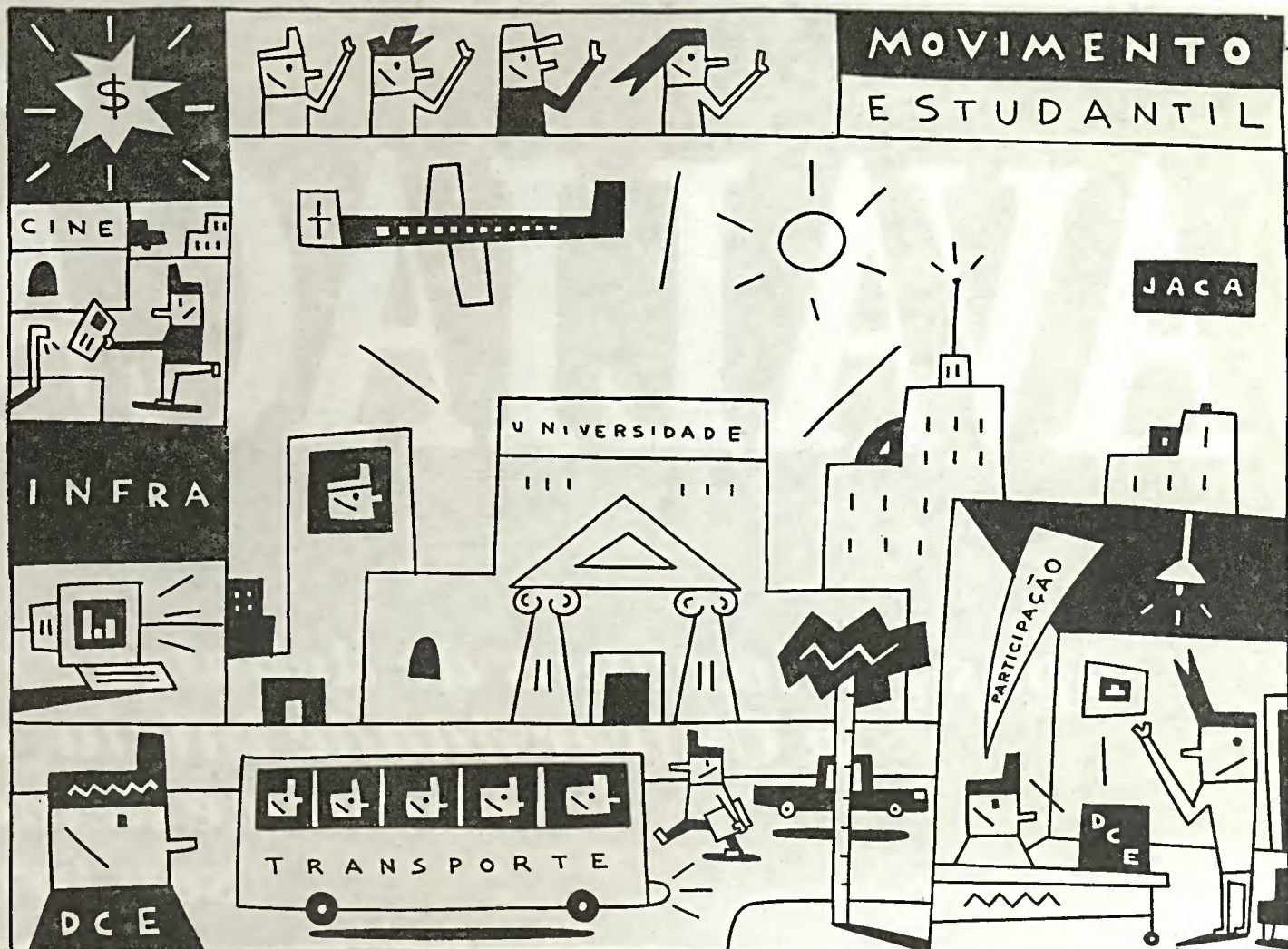


A reativação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), ao longo de 1992, contribuiu de maneira considerável para o crescimento do movimento estudantil na UNESP. Nesse período, pôde-se notar um aumento significativo

da representatividade das bases e a realização de reuniões periódicas, sempre produtivas, envolvendo os Diretórios e os Centros Acadêmicos, estimulando a dinamização das atuações dos Conselhos de Entidades Estudantis da UNESP, Ceeu.

A penúltima reunião do Ceeu, realizada em Franca, nos dias 27 e 28 de março último, por exemplo, contou com a participação de 23 entidades estudantis e reuniu cerca de 160 alunos. Na ocasião, vários assuntos foram abordados: desde a necessária revisão do Estatuto da UNESP até a questão da meia-entrada para estudantes nos cinemas, passando por temas como a moradia estudantil, assistência médico-odontológica, segurança, transporte e estágios. Outra questão em torno da qual os estudantes se detiveram com especial atenção é a das bolsas de estudo. Segundo opiniões manifestadas durante o encontro, além de estas bolsas estarem com valores defasados, estariam ocorrendo desvios nos critérios de sua concessão. Aos alunos beneficiados com bolsas de estudo têm sido exigidas contrapartidas abusivas no tocante à obrigatoriedade da prestação de serviços e de ações que em nada contribuem para o aprimoramento de quem está estudando. Ao contrário, são tarefas que, frequentemente, transformam alunos em "meninos de recados", xerocadores e, na melhor das hipóteses, digitadores.

Dentre as principais questões que preocupam o estudante universitário estão a deterioração do ensino e a falta de melhor estruturação da universidade pública em relação à sua administração, aos seus recursos financeiros



e a seus professores e funcionários. E o que o estudante deseja, basicamente, é uma política educacional decente e conseqüente para o País. E isso se traduz, em parte, na melhoria da qualidade de ensino, em melhores condições de estudo, bibliotecas atualizadas, assistência médica, lazer, boas refeições e moradias decentes. Espera-se, ainda, um bom desempenho na área de extensão universitária, que prepare de fato o futuro profissional para o mercado de trabalho.

Amadurecidos e conscientes, os alunos

sabem que o País atravessa um momento de crise sem precedentes. Mas sabem também que este conjunto de dificuldades só será superado com o esforço de toda a nação e se houver investimentos na Educação. Investir no ensino é apostar na superação da crise que, hoje, atormenta todos os brasileiros.

A universidade tem dado a sua contribuição nesse esforço, através de serviços de extensão à comunidade e de pesquisas que resultam no desenvolvimento científico e tecnológico que recolocarão o Brasil na rota

de seu crescimento. Os estudantes da UNESP, por seu lado, estão organizando um fórum, juntamente com os DCEs da USP e Unicamp, para debater esta situação e reivindicar mais verbas para as universidades públicas de São Paulo. Luta que será levada, também, ao Congresso Nacional e aos órgãos de decisão do Governo Federal.

Marcelo Cássio Necho é aluno da Faculdade de Engenharia do campus de Guaratinguetá e coordenador geral do Diretório Central dos Estudantes da UNESP.

Este novo Jornal da UNESP

José Roberto Ferreira

O **Jornal da UNESP** inicia, nesta edição, um processo de reformulação editorial e gráfica, resultado, ao mesmo tempo, do sangue novo injetado na Universidade pela Reitoria que tomou posse em janeiro, das demandas da comunidade por um veículo mais representativo, dinâmico e moderno e do amadurecimento da própria publicação. As alterações já observadas pelo leitor, como mudança do formato, do tipo de papel e da diagramação, começam também, já a partir desta edição, a ser acompanhadas de reformulações editoriais, quer com a inclusão de novos assuntos quer com o tratamento diferente ao que era feito anteriormente. Novidades serão introduzidas ao longo das edições vindouras, de modo a concluirmos o processo nos próximos meses.

E esta, de fato, é uma boa hora para a efetivação de mudanças neste jornal. Sua pri-

meira edição estava sendo feita há exatos oito anos, com o número zero circulando em junho de 1985. A matéria de capa era o congresso de reestruturação da UNESP, movimento que resultou, três anos e meio depois, na aprovação do novo estatuto da Universidade e, concomitantemente, na primeira eleição direta para reitor. Nesses oito anos, a UNESP atingiu níveis de democratização incomparáveis e construiu sua identidade, de modo a possibilitar que agora ela se aperfeiçoe, se dinamize e se modernize, conquistando novos espaços e mais reconhecimento junto à sociedade. O seu jornal, portanto, deve continuar acompanhando e espelhando os processos vividos pela instituição.

Ao mesmo tempo, a relação hoje existente entre o jornal e a comunidade unespiana é fator de estímulo e um saudável desafio. Se, antes, ele era visto como uma imposição da Reitoria, para unicamente servir como seu

porta-voz, hoje é entendido como um integrante da vida desta Universidade, sendo alvo de demandas, críticas e elogios dos mais diferentes setores.

Assim, é com os novos ventos trazidos por um novo período que começa a ser vivido na UNESP e com a motivação oriunda da relação estabelecida com a comunidade, que o **Jornal da UNESP** amadurecido pelo processo de suas 74 edições, resolve melhorar a cara e o conteúdo. Este formato é chamado de "germânico" e substitui, com vantagens, o antigo tablóide. O papel, off-set, assegura uma melhor apresentação gráfica, principalmente nas ilustrações. A diagramação será mais dinâmica, dando às páginas maior agilidade e leveza.

Esse novo projeto gráfico visa também qualificar o jornal a entrar no mercado publicitário, servindo para a veiculação de anúncios oriundos de empresas públicas e pri-

vadas, com a correspondente captação de recursos.

Quanto ao aperfeiçoamento do projeto editorial, como já foi dito, ele será consolidado ao longo das próximas edições. O que se pretende, em resumo, é ampliar as informações oriundas das unidades universitárias e dos setores da comunidade e, ao mesmo tempo, incentivar o debate de assuntos e temas próprios da vida acadêmica ou sobre os quais a universidade se encontre em condições de contribuir com sua discussão. Essa questão poderá ser objeto, futuramente, de um artigo específico. Por ora, esperamos estar fazendo um jornal compatível com as necessidades da UNESP e com as expectativas de sua comunidade.

José Roberto Ferreira é coordenador da Assessoria de Comunicação e Imprensa da Reitoria e editor-chefe do **Jornal da UNESP**.

unesp

Reitor: Arthur Roquete Macedo
Vice-reitor: Antonio Manoel dos Santos Silva
Pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Márcio Rubens Gref Kuchembuck
Pró-reitor de Graduação: Maria Aparecida Viggiani Bicudo
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: José Ribeiro Júnior
Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Wagner José Oliva
Diretores das Unidades Universitárias: Valdir de Souza (FO-Araçatuba), Francisco Miguel Belda Neto (FCF-Araçatuba), Luis Roberto de Toledo Ramalho (FO-Araçatuba), Telmo Cor-

reia Arrais (FCL-Araçatuba), Cristo Bladimiro Melios (IQ-Araçatuba), Carlos Erivany Fantinati (FCL-Assis), Ivan Aparecido Manoel (FAAC-Bauru), Jehud Bortolozzi (FC-Bauru), Nivaldo José Bósio (FET-Bauru), Ricardo Antônio de Arruda Veiga (FCA-Botucatu), Dinah Borges de Almeida (FM-Botucatu), Luís Antônio Toledo (IB-Botucatu), Frederico Ozanam Papa (FMVZ-Botucatu), Paulo de Tarso Oliveira (FHDSS-Franca), Herman Jacobus C. Voorwald (FE-Guaratinguetá), Néelson de Araújo (FE-Ilha Solteira), Néelson Gimenes Fernandes (FCAV-Jaboticabal), Cândido Giraldez Vieitez (FFC-Marília), Márcio Antônio Teixeira (FCT-Presidente Prudente), Sérgio Nereu Pagano (IB-Rio Claro), Marcos Aurélio F. de Oliveira

(IGCE-Rio Claro), Paulo César Naoum (IBILCE-São José do Rio Preto), Rogério Lacaz Netto (FO-São José dos Campos) e John Edward Boulder (IA-São Paulo).

Jornal da Unesp

Editor chefe: José Roberto Ferreira
Editores: André Louzas e Paulo Velloso
Redação: Denise Pellegrini, Emi Shimma, Marcelo Burgos e Tânia Belickas
Colaboradores: Cleide Portes, Margareth Mar-mori, Francisco C. Rocafeli e Moretti Jr. (fotografia)
Editor de Arte: Celso Pupo

Fotografia: José Cordeiro
Secretária de Redação: Viviane Fernandez
Produção: José Luiz Redini
Revisão: Francisca Maria Lourenço e Rinaldo Milesi
Tiragem: 22.500 exemplares
Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa.
A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.
Endereço: Praça da Sé, 96, 6º andar, CEP 01001-900, São Paulo, SP. Telefone (011) 37-7120.
Composição, fotolito e impressão: Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP

PROJETO EDUCACIONAL

Cidadãos acima de qualquer suspeita

É possível chamar a atenção de crianças em idade pré-escolar para temas como cidadania e direitos humanos com brincadeiras de roda? Ou, então, levá-las a refletir sobre esses assuntos cantando ou pintando durante aulas de educação artística? A Anistia Internacional, com sede em Londres e 150 países-membros, acredita que sim. Com a proposta básica de trabalhar mais e melhor a questão dos direitos humanos no currículo escolar, a entidade promoveu, em conjunto com a Universidade através da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, no último dia 19 de maio, na Reitoria, em São Paulo, o I Encontro UNESP — Cidadania e Direitos Humanos. A reunião pode ser considerada histórica. Pela primeira vez no País uma universidade aceitou o desafio da Anistia de desenvolver um projeto de educação voltado para os direitos humanos e a cidadania, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

O encontro reuniu cerca de 50 pesquisadores de várias unidades da UNESP e contou com as presenças do secretário de Justiça e Defesa da Cidadania, Manuel Alceu Affonso Ferreira, do reitor Arthur Roquete de Macedo, dos pró-reitores de Graduação e Pós-Graduação e Pesquisa, Maria Aparecida Bicudo e José Ribeiro Júnior, de integrantes da Unicamp e da Anistia. Ao final, foi instituída uma Comissão Geral de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, em parceria com a Anistia, formada por 25 professores de diferentes câmpus. O objetivo da Comissão será introduzir conteúdos relacionados aos temas nas diversas disciplinas ministradas na Universidade, ampliar a participação de pesquisadores da UNESP em assessorias e movimentos sociais e elaborar material didático e paradidático. "A idéia é que, a partir dessa comissão, o movimento cresça dentro e fora da Universidade", explica o professor José Ribeiro Júnior.

A Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Araraquara será a sede provisória para a produção de material didático e paradidático. Segundo Mônica Hummel, presidente da Anistia

UNIVERSIDADE SE UNE À ANISTIA INTERNACIONAL E DESENVOLVE PROGRAMA VOLTADO PARA A QUESTÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS



PARCERIA

Mônica Hummel, da Anistia: produção acadêmica e cooperação financeira

Internacional — Seção Brasileira, o projeto de educação para a cidadania proposto pela entidade já foi implantado na rede de ensino público de Santos, de Santo André e em escolas da rede privada do Rio Grande do Sul. "Mas nunca, antes, uma universidade tomou o projeto para si no sentido de desenvolvê-lo e ampliá-lo para toda a sociedade", observa. De acordo com Mônica, a Anistia precisava de um parceiro graduado que fundamentasse o seu projeto de educação nas áreas de pesquisa, produção acadêmica e di-

dática. "Nós vamos cooperar financeiramente com tudo o que for produzido pela UNESP nessa área e veicular o material para os órgãos do governo, prefeituras e escolas."

ENVOLVIMENTO INTERDISCIPLINAR

A idéia do projeto, elaborado pelos professores José Vaidergorn, coordenador do evento, e Leda Aparecida Pedroso, ambos da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Araraquara, é inserir a defesa dos direitos humanos

na Universidade sem alterar significativamente a rotina docente. "O importante é mudar o enfoque da questão", afirma Vaidergorn. "Para muitos, direitos humanos serve apenas para defender os direitos dos bandidos ou promover assistencialismo." O projeto aponta algumas sugestões nesse sentido. No caso das áreas médicas, veterinárias e agrônômicas, por exemplo, poderiam ser destacados os aspectos do direito social, a alimentação, saúde e bem-estar social. Nos cursos de Engenharia, poderia haver maior empenho em promover o desenvolvimento tecnológico para a melhoria da vida coletiva. "Queremos que a Universidade discuta a Idéia dos direitos humanos e da cidadania, através de um envolvimento interdisciplinar dos docentes", explica.

O pioneirismo da iniciativa da UNESP foi aplaudido pelo professor Roberto Romano, da Unicamp, colaborador da Anistia Internacional, que esteve presente ao evento. "É da Universidade que devem partir os conceitos sobre dignidade e direitos humanos", afirma. O professor Ricardo Balestrieri, diretor da Seção Brasileira da Anistia Internacional e Coordenador do Programa Nacional de Educação para a Cidadania (Pro-nec), concorda com o colega. Balestrieri organizou o livro *Educando para a Cidadania* até hoje o único estudo brasileiro que discute os direitos humanos no currículo escolar. "O processo educacional é fundamental para a mudança do comportamento do ser humano", diz.

De acordo com Balestrieri, a Anistia, que conta hoje com 1,5 milhão de membros, notabilizou-se pelo seu processo de denúncias contra torturas praticadas contra presos políticos. Mas, agora, na sua opinião, é necessário reduzir a violação aos direitos humanos através de um processo educacional. "O conteúdo disciplinar não pode estar desvinculado de uma prática democrática do professor na sala de aula", afirma. "Finalmente, através do exemplo do docente que o aluno encontrará motivação para se tornar um bom cidadão."

Tânia Belickas

CONGRESSO

Universidade firma posição no Interior

MAIS DE 100 MUNICÍPIOS MANIFESTAM INTERESSE PELOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA UNESP

Muitos prefeitos do Interior do Estado "descobriram" a UNESP durante o 37º Congresso Estadual de Municípios, realizado entre 10 e 14 de maio, em Serra Negra, a 152 quilômetros de São Paulo. Promovido pela Associação Paulista de Municípios, o encontro teve como tema "Interiorização do Desenvolvimento" e contou com a participação de mais de 2.500 inscritos, entre prefeitos e vereadores, que representaram aproximadamente 500 municípios. O saldo do Congresso não poderia ter sido melhor para a UNESP, única universidade pública presente ao evento. Devido ao fato de ter 24 unidades distribuídas por quinze cidades paulistas, abrangendo praticamente todas as regiões do Estado, a UNESP despertou grande interesse de diversas prefeituras, principalmente as de pequeno e médio portes, que se mostraram entusiasmadas com a possibilidade de firmar convênios de cooperação técnico-científica com a Universidade.

Prefeituras como as de Rosana, Dracena, Itapura, Colina, Presidente Venceslau e Itaporanga, por exemplo, compõem uma extensa lista de 113 municípios que, durante o evento, se cadastraram num dos programas da UNESP nas áreas de recursos humanos, administração municipal, saúde, transporte, lixo urbano, abastecimento, energia elétrica e saneamento, entre outros projetos. "Através da transferência de tecnologia, a UNESP tem condições de atuar fortemente no desenvolvimento dos municípios do interior paulista e também



SERRA NEGRA

O reitor, no 37º Congresso Estadual de Municípios: interação com o interior do Estado

junto à iniciativa privada", enfatiza o professor Vagner José Oliva, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. "Com a vantagem de oferecer esses serviços a preços muito abaixo dos praticados pelo mercado."

ESTANDE CONCORRIDO

O encontro foi dividido em duas etapas: um ciclo de debates, promovido no auditório do Centro de Convenções de Serra Negra, com a participação do reitor da UNESP, professor Arthur Roquete de Macedo, e uma exposição paralela, que reuniu 96 estandes de empresas, órgãos do governo e municípios do Estado. O estande da UNESP, montado num espaço cedido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, foi bastante con-

corrido, sobretudo pelo leque de serviços oferecidos. Foram apresentados, através de um computador, programas na área de drogas, fármacos e de alimentos. Uma relação com outros vinte projetos de extensão universitária agradou empresários e prefeitos, que receberam catálogos do Programa Parceria — uma proposta de cooperação técnico-científica com as cidades do interior, desenvolvida pela Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp).

Jurandir Pinheiro, prefeito da cidade de Rosana, a 760 quilômetros de São Paulo, por exemplo, quer que a UNESP colabore na elaboração do plano diretor do município, com 25 mil habitantes e apenas quatro meses de existência. Interesse maior teve a prefeitura de Itaporanga, a 545 quilômetros de São Paulo.

O prefeito Antônio Loureiro de Almeida ficou entusiasmado com os projetos da Universidade, nas áreas de administração municipal, merenda escolar, plano diretor e lixo urbano. "Itaporanga tem apenas 15 mil habitantes, e é carente de tudo", admite.

O sucesso do Congresso, no entanto, não se restringiu aos cinco dias programados. No dia 19 de maio último, o prefeito de Dracena, Zezinho Garcia, esteve na Reitoria, acompanhado por vereadores e secretários municipais, para formalizar o pedido de um convênio nos setores de saúde, agricultura, promoção social, cultura e construção de casas populares. Precisamos de estagiários em todas essas áreas", afirma. Preo-

cupado em agilizar o atendimento à comunidade externa, o professor Vagner Oliva pretende lançar, em junho, a proposta da Central UNESP de Difusão da Ciência e Tecnologia, um intercâmbio científico e tecnológico entre a Universidade e os setores público e privado. "Essa Central vai viabilizar o Programa para Captação de Recursos e Transferência de Tecnologia (Procare), mais dirigido à iniciativa privada", explica. O reitor Arthur Roquete de Macedo, que participou do debate "Revisão Constitucional — os municípios e o papel das universidades", destacou que a UNESP tem procurado interagir com os municípios. "O caminho é difícil, passa por compreensão, ajuda mútua e uma série de concessões, mas a idéia é fazer com que a UNESP atenda às demandas da sociedade."

Pesos e medidas ideais do saber

Não vai ser tarefa simples. Afinal, estabelecer parâmetros ideais para as diferentes áreas do conhecimento produzidas por uma universidade é um desafio. A UNESP acaba de dar o primeiro passo nesse sentido, deflagrando seu processo de avaliação.

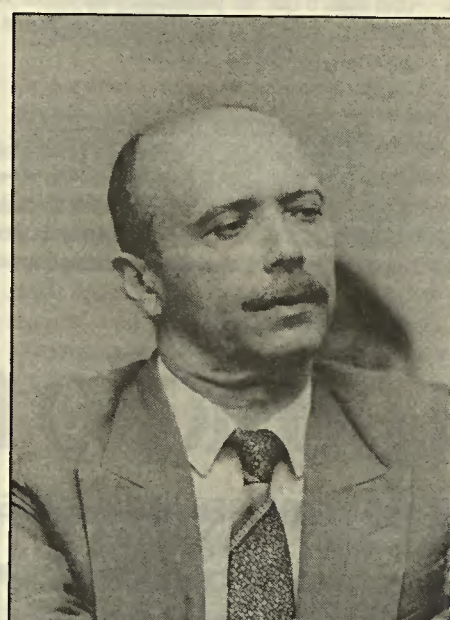
Fazer a avaliação de uma universidade que produz conhecimento em áreas tão distintas como a Medicina e a Física, a Filosofia e a Matemática ou a Agronomia e a Psicologia pode roubar o sono de qualquer profissional. O desafio é colocar, numa mesma balança, departamentos completamente distintos: os que dedicam grande parte do seu tempo ao atendimento à população, os que encontram nos laboratórios sua razão de existir e os que têm na sala de aula sua maior preocupação. Como apontar, entre eles, o mais produtivo e eficiente? Essa intrincada pergunta começará a ser respondida na UNESP neste mês de junho, quando todos os seus 199 departamentos estarão respondendo a um questionário que servirá de base para a avaliação da Universidade.

Desde outubro de 1989, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) vem estudando o assunto, que tanto preocupa a comunidade acadêmica. É sabido que a universidade é mantida pela sociedade e consenso que a ela deve prestar contas. Mas qual a melhor maneira de se fazer um diagnóstico de sua situação? A discussão surgiu no meio universitário a partir de meados dos anos 80. De lá para cá, o movimento corporativista de muitos pesquisadores, que se julgavam livres de prestar contas de sua produção, foi perdendo força. E, hoje, cada instituição vai encontrando formas diferentes de chegar a uma resposta sobre o seu desempenho (veja texto à página 5). Para o reitor Arthur Roquete de Macedo, o fato de a UNESP ainda estar no início de seu processo de avaliação não é relevante. "No momento, estamos atrás de outras universidades, mas chegaremos na frente, com resultados fidedignos para a atuação da Universidade."

O reitor chama a atenção para o fato de que, na UNESP, a avaliação não está sendo feita por nenhuma comissão designada pela Reitoria, o que emprestaria ao processo um caráter inquisitório. Ao contrário, ela será democrática, já que foi delegada a um órgão colegiado. "O CEPE, que foi incumbido desse trabalho, de acordo com normas do estatuto, é bastante representativo, com docentes, alunos e funcionários em sua composição", ressalta. O resultado não será um guia para punir os departamentos que forem considerados menos produtivos, como se chegou a temer, mas uma maneira de indicar quais os caminhos que devem trilhar para tentar igualar-se aos que foram apontados como os mais eficientes. "A avaliação vai nos dar parâmetros para corrigir distorções, elaborar programas e traçar estratégias de desenvolvimento", completa o reitor.

SUGESTÕES

A avaliação, no entanto, não é nenhuma novidade para os professores. Ainda que de maneira pontual ela já é uma prática adotada nas facul-



CONSULTA EXTERNA
Sant'Anna, da FGV: definição de políticas para melhoria da qualidade

Foto: José Cordeiro

dades e institutos da UNESP. "Na pós-graduação, por exemplo, ela é feita a cada dois anos, já que a Capes avalia os cursos com base nos seus relatórios", exemplifica o vice-reitor e presidente do CEPE, Antonio Manoel dos Santos Silva. "O que não existe é uma avaliação sistemática e que abranja as diversas atuações da Universidade."

Para decidir qual a melhor maneira de se avaliar a Universidade, o CEPE iniciou seu trabalho constituindo uma comissão formada por quatro docentes, que deu o primeiro passo recolhendo sugestões das unidades e realizando um amplo estudo sobre o assunto. "Essa equipe, pertencente à gestão anterior do CEPE, definiu o que, como e por que avaliar", diz a professora Marileila Varella Garcia, do Departamento de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ilbce) do campus de São José do Rio Preto. Marileila é a coordenadora do grupo de trabalho vinculado ao CEPE que atualmente é responsável pela implantação da avaliação. "Depois de muitas reuniões e debates, em abril do ano passado, o CEPE aprovou dois textos que serviriam de parâmetro para o trabalho prático: 'Princípios gerais da avaliação' e 'Objetivos da avaliação'", lembra Marileila. O segundo texto diz, entre outros pontos, que deverão ser ava-



OPÇÃO DEPARTAMENTAL
Marini: avaliação do departamento favorece aceitação do processo

Testando o projeto-piloto

A Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) do campus de Presidente Prudente e o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ilbce) do campus de São José do Rio Preto foram escolhidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), em julho de 1992, como as unidades onde seria aplicado o projeto-piloto de avaliação da Universidade. Ambas têm departamentos nas três áreas do conhecimento — Exatas, Humanas e Biológicas —, o que viabilizaria a execução do teste. Outra justificativa para a opção foi o fato de pertencerem a esses câmpus os dois membros do CEPE responsáveis pela tarefa: professores Raul Borges Guimarães, da FCT, e Marileila Varella Garcia, do Ilbce.

Durante o período de julho a novembro de 1992, foram testados dois modelos estatísticos. O trabalho teve início com a elaboração de uma lista com 49 variáveis, referentes à produção acadêmica e à atribuição de pesos a elas. Depois disso, foram coletados dados nos oito departamentos da FCT e nos doze do Ilbce. O material foi dividido em dois grupos: Humanas e Exatas e Biológicas e Tecnológicas. As atividades de ensino e pesquisa foram determinadas igualmente peso 40 e, às demais, 20.

O modelo criado pelo professor José Antonio Cordeiro, do Departamento de Ciências de Computação e Estatística do Ilbce, foi aplicado visando comparar departamentos no que eles têm em comum e no que os diferenças vinculadas à pós-graduação e de orientação a monografias, que se contrapõem à carga horária na graduação. "Esse fator separa claramente os departamentos que têm maior atuação na pós, dos demais", esclarece Cordeiro.

Já o modelo estatístico do professor Anibal Sant'Anna, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, foi empregado com o objetivo de explicar a produção do departamento em função de sua força de trabalho, como esclarece a professora Aparecida Donisei Souza, do Departamento de Estatística da FCT. "Essa força foi caracterizada pelo número de professores multiplicado por suas horas de atividade". A isso, foi comparada a produção docente. Os resultados mostraram se o departamento tinha um desempenho compatível, superior ou inferior àquele que sua força de trabalho permitia.

Os resultados confirmaram, em primeiro lugar, as previsões de que o número de va-

riáveis era insuficiente para uma avaliação abrangente. O projeto-piloto mostrou ainda, entre outros pontos, que quando os dados foram observados sem distinção de áreas do conhecimento, alguns departamentos de Presidente Prudente, por exemplo, apresentaram uma produção abaixo da esperada em relação à sua força de trabalho. Além disso, segundo Marileila, foi verificado que os pesos atribuídos aos indicadores da produção acadêmica penalizaram os departamentos mais dedicados à pós-graduação. Para a professora, esses são exemplos da importância da ponderação. "Especialistas devem atribuir os pesos às variáveis. É muito importante que isso reflita o perfil de universidade que a UNESP deseja para si."

Os testes demonstraram que o modelo do professor Cordeiro auxilia na verificação das diferenças entre os departamentos. O do professor Anibal, por sua vez, procura determinar quais departamentos estão atingindo as metas planejadas e por quê, permitindo interferências para eventuais correções de rumo. "Apesar dos problemas verificados nesse piloto, achamos viável sua aplicação em toda a Universidade", resume Marileila.

(D.P.)



Paulo Ziberman

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- I — Identificação do Departamento (12 variáveis)
- II — Atividades Relativas à Formação (15 pontos)
- III — Atividades de Pesquisa (30 pontos)
- IV — Atividades de Ensino (30 pontos)
- V — Atividades de Extensão de Serviços à Comunidade Externa e Acadêmica (20 pontos)
- VI — Atividades Acadêmico-Administrativas (5 pontos)
- VII — Atividades

GRUPO DE TRABALHO VINCULADO AO CEPE

- Conselheiros
- Marileila Varella Garcia (Ciências Biológicas)
- Raul Borges Guimarães (Ciências Humanas)
- Augusto Massayuki Tsutiya (Ciências Exatas)
- Consultor Externo
- Anibal Sant'Anna (FGV-SP)
- Especialistas em Estatística
- José Antônio Cordeiro (Ilbce — São José do Rio Preto)
- Aparecida Donisei Souza (FCT — Presidente Prudente)
- Especialistas em Avaliação
- Antônio Cunha Rudge (FMVZ — Botucatu)
- Tereza Marini (FCC — Marília)
- Especialista em Processamento de Dados
- Antonio Carlos Fernandes (CPD — Reitoria)

liadas todas as instâncias da Universidade, mas que o ponto de partida será o departamento. "Como o departamento tem um plano e um projeto de trabalho, é mais fácil de ser avaliado", diz o professor Raul Borges Guimarães, do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) de Presidente Prudente, outro membro do grupo de trabalho vinculado ao CEPE.

Para a professora Theresa Marini, companheira de Raul no grupo e especialista no assunto, o fato de a UNESP ter optado pela avaliação em nível departamental favorece a aceitação do processo por parte dos docentes e o resultado não será menos eficiente. "A partir dos resultados da avaliação do departamento, o docente deverá ser chamado a fazer a sua auto-avaliação."

A comissão está otimista quanto à motivação dos professores em participar do processo e acredita que a comunidade tem consciência da necessidade de a UNESP prestar contas sobre o que faz com seu percentual do ICMS. "A melhor forma de mostrar à sociedade como esse dinheiro é gasto é avaliando nossa produção", comenta o diretor da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Carlos Erivany Fantinati. "Se está provado que a avaliação aprimora o desempenho da universidade, como já acontece em outros países, não vejo porque não aprendermos a conviver com ela", completa.

MODELO

Para determinar a metodologia a ser adotada na avaliação da Universidade, foram escolhidos dois modelos matemáticos testados dentro de um projeto-piloto (veja texto à página 4). Os resultados mostraram que os modelos eram eficientes e um deles será utilizado nessa primeira fase de avaliação da UNESP. O modelo foi criado pelo economista Anibal Sant'Anna, professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que foi convidado a trabalhar como consultor externo junto ao grupo de trabalho.

Denominado "Um modelo integrado para melhoramento da qualidade nas universidades públicas", o trabalho de Anibal consiste no acompanhamento sistemático da produção acadêmica, que toma como unidade de observação docentes, departamentos, unidades ou até mesmo toda a universidade. Uma de suas características principais é fornecer parâmetros para a avaliação do desempenho e definir a política para a melhoria da qualidade. "Esses parâmetros são obtidos pela identificação dos indicadores que melhor qualificam a produção acadêmica", explica o autor. Entre esses indicadores estão o número de concursos de livre-docência, de grupos de pesquisa, carga horária na graduação e consultorias por exemplo. "Uma das vantagens do modelo é permitir que os indicadores, ou mesmo sua pon-

em tempo parcial ou em tempo integral, entre outros.

PLANILHAS

Para que o trabalho dos departamentos seja detalhado dentro de cada um dos cinco temas, o CEPE selecionou o rol de variáveis que deveriam compô-los. Foram relacionadas doze relativas à formação dos docentes, entre elas, cursos de extensão e especialização frequentados pelos professores, estágios de aprimoramento ou de pós-doutorado realizados. Sobre a pesquisa, foram enumeradas 32 variáveis. Projetos de pesquisa concluídos, livros, artigos e capítulos publicados estão entre as atividades contempladas. O bloco relativo ao ensino tem 25 variáveis, como por exemplo o número de aulas ministradas na graduação e na pós-graduação.

Dentro dos quatorze itens relativos à extensão de serviços à comunidade, externa e acadêmica, podem-se destacar os cursos para reciclagem de professores da rede de ensino de primeiro e segundo graus e tipos de consultorias e assessorias para a comunidade. As atividades acadêmico-administrativas incluem dezesseis variáveis, como o número de docentes que participam de cargos de direção de unidades e unidades complementares e docentes que ocupam chefia e vice-chefia de departamento.

Esse sistema de coleta de dados, que se baseia no número de todas as informações realizadas, no entanto, suscitou críticas. O aluno do terceiro ano de Educação Física da Faculdade de Ciências de Bauru e membro do CEPE, Roberto Nunes, acha que o modelo que está sendo utilizado tem uma preocupação maior com o caráter quantitativo das atividades universitárias. "A qualidade está sendo deixada de lado", comenta. "Sabemos que um modelo estatístico trabalha essencialmente com números, mas não se pode esquecer da qualidade." A professora Marileila explica que o aspecto qualitativo da avaliação se expressa na ponderação. "Quando o CEPE deu

trinta pontos à pesquisa e vinte à extensão, essa já foi uma forma de qualificar o trabalho da Universidade", diz. Ela explica também que a ponderação de cada variável reflete igualmente a qualidade. "Se damos um peso maior ao número de artigos científicos publicados em revistas internacionais do que a resumos em anais de congressos, isso também demonstra a qualidade do trabalho realizado."

Nessa primeira fase, para testar o modelo em um universo bem maior que o contemplado pelo projeto-piloto, o grupo de trabalho optou por reduzir o número de variáveis. No início do mês, os departamentos estarão recebendo uma planilha com apenas 56 variáveis do total de 112 previstas anteriormente, que deve ser preenchida tendo como base os anos de 1991 e 1992. Junto com a planilha seguirão instruções e uma listagem, fornecida pela Secretaria Geral, com os dados que a Reitoria já dispõe. "Ninguém gosta de ficar preenchendo folhas e folhas sempre com as mesmas informações", admite a professora Marileila. "Por isso, devolveremos os dados já disponíveis para que o departamento os confira e complete o que estiver faltando. Isso, num prazo de dez dias."

Nesse tempo, o grupo de trabalho deverá se reunir novamente para definir os últimos detalhes do processo. Entre eles, a ponderação de cada uma das variáveis dentro dos cinco grandes blocos. Depois disso, as informações serão digitadas pelo Centro de Processamento de Dados da Reitoria e passarão pelo tratamento estatístico. "Ao final, poderemos identificar quais os departamentos com bons e maus desempenhos dentro de cada uma das três áreas, Exatas, Humanas e Biológicas", diz Marileila. "Esse primeiro resultado vai mostrar se há distorções e até que ponto a ponderação proposta reflete a realidade", emenda o professor Raul.

Para conferir os resultados, o grupo planeja visitas aos departamentos que forem considerados excelentes e aos que apresentarem baixa produção. "Só assim vamos ver se o tratamento estatístico está adequado", completa Raul, que espera para a segunda quinzena de junho os primeiros resultados. Segundo o professor Anibal, esta primeira experiência provavelmente não dará um retrato fiel da Universidade, mas terá a vantagem de atrair a participação dos departamentos selecionados. "Quando houver distorções, novos indicadores poderão ser incluídos, por sugestão dos envolvidos. A cada etapa, o modelo deve apresentar dados cada vez mais próximos à realidade."

No ano que vem, o período que servirá de base para o trabalho compreenderá os anos de 1991, 1992 e 1993, já que os planos são de o CEPE realizar avaliações trienais. O professor Arthur explica que a ideia é, a partir desses resultados, estabelecer uma avaliação que tenha a participação de membros externos à Universidade. Sua proposta é, utilizando os indicadores do CEPE e o trabalho inicial do grupo, formar uma comissão central de avaliação constituída por professores de outras universidades e membros da sociedade civil. "Uma das atribuições dessa comissão central seria comparar a UNESP com outras universidades que estivessem no mesmo patamar de desenvolvimento."



CURTO PRAZO
Guimarães: os primeiros resultados, já na segunda quinzena de junho

Denise Pellegrini

Gente de fora, na USP

Iniciada, na prática, em maio de 1992, a avaliação na Universidade de São Paulo (USP) vive, hoje, sua segunda fase. O projeto-piloto, realizado com nove departamentos, mostrou-se eficiente e, atualmente, outros quarenta estão sendo analisados. O processo se caracteriza por manter como avaliadores membros externos à universidade — na maioria das vezes, um dos três profissionais destacados para a tarefa é do exterior. Para realizar seu trabalho, a equipe deve ter como parâmetro departamentos congêneres, do mais alto nível, pertencentes a universidades estrangeiras.

Como determina o estatuto, aprovado em 1989, a avaliação da USP deverá ser feita a cada cinco anos. Para implementar o projeto, no início de 1990 foi formada uma comissão com cinco docentes da universidade que propôs um processo avaliatório já consolidado em todo o Reino Unido. Lá, os departamentos das universidades são avaliados por membros externos a ela. A proposta foi aprovada pelo Conselho Universitário e, a partir daí, formou-se uma Comissão Permanente de Avaliação (CPA), com vinte docen-

tes da USP, que tem como uma de suas tarefas a escolha dos avaliadores de cada departamento.

Segundo Rogério Meneghini, coordenador da CPA, o processo se resume a uma auto-avaliação, que resulta em relatórios sobre o desempenho dos departamentos em relação à produção científica, ao ensino na graduação e na pós e à extensão, se for o caso, além de conter suas metas e políticas de desenvolvimento. A comissão caberá examinar os relatórios e fazer uma visita de três dias, em média, ao departamento quando os avaliadores conversam com os docentes e comissões de alunos.

Na avaliação, não são levados em conta somente dados referentes à produção departamental. "Ela vai além, pois traz a visão dos examinadores, que consideram a qualidade da produção", ressalta Meneghini. Ao término da análise, a comissão elabora um relatório onde atribui conceitos de um a cinco às atividades do departamento e faz recomendações explícitas sobre o que deve ser feito para melhorar o desempenho.

Os resultados do projeto-piloto consideram ótimo o Departamento de Bioquímica,

(D.P.)

Uma boa meta, vários desafios

PARA REALIZAR SEUS OBJETIVOS, OS CONSELHOS DE CURSO ENFRENTAM OBSTÁCULOS COMO A DESINFORMAÇÃO SOBRE O PROJETO PEDAGÓGICO.

No seu quinto ano de funcionamento, os conselhos de curso de graduação enfrentam muitos problemas e ainda caminham para sua consolidação como instância fundamental dentro das atividades de ensino. Criados pelo novo estatuto, os conselhos têm como tarefa base o estabelecimento, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico do curso. A prática vem mostrando, porém, que ainda há algumas dúvidas em relação a esse objetivo além de dificuldades de ordem política e falta de Infra-estrutura — fatores que estão emperrando o trabalho dos grupos. Para conhecer melhor a situação dos conselhos de curso, visando seu aprimoramento, a Pró-Reitoria de Graduação realizou uma reunião (veja texto nesta página), no último dia 3 de maio, à qual compareceram 66 dos 82 coordenadores.

Durante o encontro, um dos pontos levantados pelos docentes foi a dificuldade para a elaboração do projeto pedagógico. "Essa idéia não está clara para a maioria dos professores", admite a pró-reitora de Graduação, Maria Aparecida Viggiani Bicudo. Segundo a professora, muitos confundem o projeto pedagógico com a grade curricular. "Ele vai além do programa, incluindo formas de ensino e de avaliação do aluno, temas a serem abordados durante o curso e os princípios que nortearão a formação profissional dos estudantes, além das expectativas a respeito dos egressos", diz.

A elaboração do projeto pedagógico não cabe somente ao conselho, como lembra a professora Leny Rodrigues Martins Teixeira, coordenadora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia do câmpus de Presidente Prudente. "O conselho apenas organiza esse trabalho. Meia dúzia de pessoas não



Fotos José Cordeiro

REFLEXÃO

Reunião de coordenadores: discutindo propostas para garantir objetivos

podem decidir uma coisa dessas." Para a professora Maria Bicudo, "a tarefa é de todos os docentes e alunos que fazem parte do curso".

Nesse ponto, alguns conselhos de curso têm encontrado problemas, já que há divergências entre eles e os departamentos no que se refere ao trabalho realizado pelos professores. São os departamentos os responsáveis pela contratação do docente e pela articulação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Já o conselho tem que estabelecer um elo entre as atividades de ensino dos professores visando o curso como um todo. "Aí se dá o conflito", explica a pró-reitora. "Mas não podemos, em absoluto, voltar ao que tínhamos antes dos conselhos de curso, quando os departamentos se preocupavam apenas com as disciplinas isoladamente."

É reconhecido pelos professores que o conselho de curso contribui sensivelmente para a melhoria do ensino, já que pode detectar possíveis falhas e propor formas para saná-las. Os docentes, no entanto, reivindicam maior poder institucional para os conselhos, como assento para todos os coordenadores nas congregações, com direito a voz e voto, o que implicaria mudança estatutária. Outra sugges-

tão dos professores é dotar o conselho com uma maior infra-estrutura, como sala e secretária.

A coincidência entre os mandatos dos membros do conselho é outro fator que preocupa os coordenadores. "É preciso que não mudem todos os membros de uma só vez para que possa haver continuidade nos trabalhos", explica o professor Francisco Luiz Araújo Câmara, coordenador do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu. A idéia de Câmara é reforçada pela professora Leny. "Estamos trabalhando desde 1989 e acumulamos pouco historicamente. Cada coordenador novo que assume não tem idéia do que aconteceu e acaba começando da estaca zero."

Para a professora Maria Bicudo, o aprimoramento dos conselhos de curso cabe não só a eles, mas também aos departamentos, congregações, diretorias e à Pró-Reitoria de Graduação. A partir de junho, a pró-reitora percorrerá todas as unidades, onde deverá se encontrar com os membros dos conselhos para conversar a respeito da situação de cada curso. Os primeiros câmpus a receberem a visita serão Franca e Jaboticabal.

PRÓ-REITORIA

Mudanças na graduação

A Pró-Reitoria de Graduação realizou, durante o mês de maio, uma série de reuniões com o objetivo de se informar sobre as realizações da gestão anterior e, a partir daí, elaborar um projeto para o período de 93 a 97. Nas pautas, conselhos de curso, no dia 3, núcleos de ensino, no dia 4, e Programa Especial de Treinamento (PET), no dia 6.

Na reunião do dia 4, a Pró-Reitoria esciarcou aos treze coordenadores dos núcleos de ensino que é do interesse da Reitoria a continuidade de suas atividades. Contudo, algumas mudanças estão sendo promovidas, como a constituição de uma comissão que avaliará os projetos para 1994 quanto ao seu mérito e custos.

No dia 6, com a presença dos treze tutores PET, realizou-se um encontro visando promover um maior conhecimento entre os programas e aperfeiçoar suas realizações. A idéia da Pró-Reitoria é que a totalidade dos PETs atinja o conceito mais alto da avaliação da Capes — MB (muito bom) —, o que já ocorre em 75% dos casos.

Arquitetura de Bauru debate problemas

ALUNOS E PROFESSORES ESTUDAM COMO MELHORAR O CURSO

Depois de um período em que estiveram em posições conflitantes, alunos e professores de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações (FAAC), câmpus de Bauru, optaram pelo diálogo para resolver os problemas do curso. Os estudantes paralisaram as aulas durante três semanas de março para protestar contra o ensino que recebiam. Para eles, a causa dos problemas seria a falta de qualificação dos professores do Departamento de Arquitetura e um currículo excessivamente voltado para matérias técnicas. No final desse mês, por sugestão do diretor da FAAC, professor Ivan Manoel, formou-se um Grupo de Trabalho para definir soluções para o impasse. A equipe era composta por três alunos e três professores e suas reuniões eram presididas por Ivan Manoel.

Com a entrada em cena do grupo, os cerca de 250 estudantes de Arquitetura suspenderam seu movimento que, entre outras reivindicações, sugeria a avaliação dos professores do departamento por uma banca de docentes de outras instituições. A proposta foi considerada inviável pela Congregação da FAAC. Graziela Cyrillo, aluna do quarto ano, assinala que outro alvo das críticas estudantis, o caráter "tecnicista" do currículo, é visível no direcionamento dado ao Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI), o projeto de conclusão do curso. "Os professores só se interessam pela parte técnica do TGI, deixando de lado as questões conceituais."

Embora até o final de maio o grupo não tenha finalizado suas atividades, alguns avanços já eram computados. Segundo Sérgio Sa-



Fotos Moretti Jr.

FIM DA CRISE

Manoel: empenho de todos para vencer dificuldades

saki, também do quarto ano, os alunos conseguiram apresentar aos professores propostas de programas para disciplinas consideradas insatisfatórias. "O grupo sugeriu ainda a contratação de professores conferencistas para o departamento, o que será decidido pela Congregação."

Chefe do Departamento de Arquitetura, Luis Gastão de Castro Lima acha injusto atribuir as deficiências do curso aos docentes de seu departamento. "Somos responsáveis por apenas 40% do curso, enquanto o restante cabe a outros doze departamentos", argumenta. Para ele, a melhoria do ensino depende também de uma melhor infra-estrutura e de um currículo mais moderno. "Aliás, já está em



BUSCANDO SAÍDAS

Sasaki: programas para disciplinas insatisfatórias

estudos no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o CEPE, uma nova proposta curricular, elaborada por nosso departamento." Nilson Ghirardello, coordenador do curso, acentua que a crise recente se originou da estrutura da antiga Universidade de Bauru, encampada pela UNESP em 1988. Ele lembra que o currículo vigente foi elaborado por essa instituição, que também não estimulava a titulação dos docentes. "Hoje, a grande maioria dos professores desenvolve pesquisas e está se titulando."

O professor Ivan Manoel também acredita que, com a implantação do novo projeto curricular — possivelmente em 1994 —, as maiores dificuldades serão superadas. De acordo

com o diretor da FAAC, o currículo em estudo no CEPE estabelece um curso anual e seriado, com blocos de disciplinas a serem cumpridas (hoje, o curso é semestral e baseado no sistema de créditos). Outra novidade seria a maior ênfase em disciplinas teóricas e de cunho humanístico. "Além disso, está prevista a contratação de mais doze professores para o departamento", comenta Manoel. Na área de infra-estrutura, o diretor assegura que a Reitoria está liberando verbas para aquisições como micros para desenvolvimento de trabalhos. "Agora, gostaria que todos nós da FAAC, após a superação da crise, nos empenhássemos na resolução de todos os problemas."

A educação vai mudar, com regras mais democráticas

APROVADA EM MAIO, A LEI DE DIRETRIZES E BASES DEFINE UMA NOVA ESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS

Depois de quatro anos e sete meses de exaustivas discussões, o plenário da Câmara dos Deputados finalmente aprovou os últimos seis artigos do projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no dia 13 de maio. Para quem acompanhou de perto a tramitação do projeto era difícil acreditar que uma votação tão rápida e simples pudesse encerrar anos de embates ideológicos — que, em alguns momentos, pareciam infundáveis — entre os vários setores envolvidos com a questão educacional no País.

No saldo de perdas e ganhos, o projeto, cuja relatora foi a deputada Angela Amin (PPR-SC), não é exatamente aquilo que nenhum dos grupos defendia. Todos tiveram de abrir mão de alguns pontos para tentar garantir a aprovação da LDB antes da revisão constitucional, em setembro. Como afirmou o deputado Florestan Fernandes (PT-SP), um dos mais incansáveis negociadores do projeto, "a lei não é perfeita mas tem a grande vantagem de regular de forma democrática o processo educacional e tornar a escola o próprio núcleo desse processo".

A gestão mais democrática da educação está presente em dispositivos como os que permitem aos sistemas estaduais e municipais de ensino decidir sobre a organização da educação básica, formada pelo ensino fundamental e médio (1º e 2º graus). Aos sistemas de ensino também é delegada a definição da forma de escolha dos diretores das escolas, que poderá ser feita, inclusive, através de consulta à comunidade escolar.

O projeto reforça a gestão democrática da universidade brasileira, já prevista na Constituição, com a autonomia. No entanto, exclui a possibilidade das universidades atuais perderem tal denominação, algo previsto no projeto original do ex-deputado Jorge Hage, aprovado na Comissão de Educação da Câmara em junho de 1990 e que é a base da proposta aprovada no plenário. Essa questão dividiu até mesmo o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, formado por diversas entidades do setor.

CRENCIAMENTO

De acordo com a proposta original de Jorge Hage, as universidades estariam sujeitas a perder a credencial de universidade caso não cumprissem condições como dedicação exclusiva e titulação com mestrado ou doutorado de pelo menos um terço dos docentes, oferta de cursos de pós-graduação e produção científica comprovada. Tais exigências permanecem no texto apenas para as instituições que ainda não são consideradas universidades. Para aquelas que já possuem tal status, não há risco de perdê-lo.

A exclusão da perda do credenciamento acabou sendo defendida pelo Fórum como forma de proteger as universidades públicas, especial-

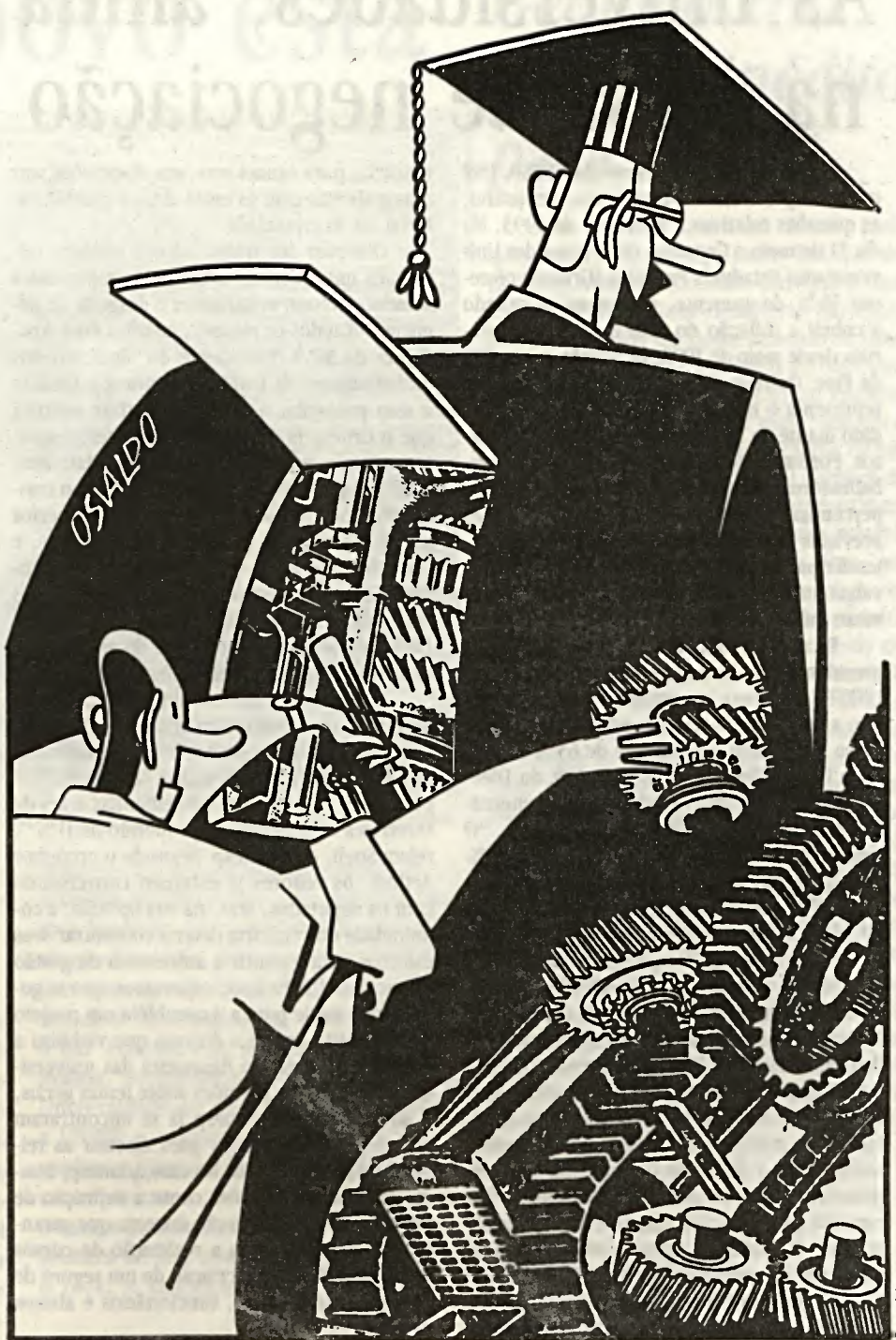
mente as federais. "Quem perdeu com isso foi a universidade", lamentou Florestan. Do que discorda o deputado Renildo Calheiros (PC do B-AL). Para ele, o que leva uma universidade pública a apresentar baixa qualidade é a falta de recursos provocada pelo descaso do poder público. "A universidade não pode ser penalizada por isso."

Todas as universidades brasileiras serão submetidas periodicamente a avaliação, e as que deixarem de atender aos requisitos previstos na lei poderão ter sua autonomia suspensa e ser acompanhadas por comissões de revitalização designadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que substitui o Conselho Federal de Educação (CFE). As comissões, com participação de professores, alunos e funcionários, farão planos para colocar as instituições nos trilhos da boa qualidade.

Uma das grandes novidades do projeto é o CNE, completamente diferente do tão criticado CFE. Formado por 12 representantes do Governo Federal e por 12 pessoas indicadas por entidades nacionais, o novo conselho terá amplas atribuições, como a formulação e coordenação da política nacional de educação, a definição das diretrizes para o Plano Nacional de Educação e a normatização do Sistema de Ensino da União. Ao Ministério da Educação caberá, principalmente, o papel de executor das decisões do conselho.

ENSINO MÉDIO

Mas há alguns artigos considerados muito ruins. Talvez o mais criticado seja o que autoriza as escolas a emitir um certificado de conclusão da



5ª série, defendido apenas pelo PDT. "Tivemos de aceitar esse artigo para que o PDT deixasse de obstruir a votação", justifica Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), juntamente com Florestan, o mais antigo negociador da LDB na Câmara. O temor é que os alunos encarem o certificado como comprovante de encerramento de um ciclo escolar, embora a obrigatoriedade do ensino seja até a 8ª série.

Polêmica também foi a discussão sobre o ensino médio que, no texto final, ficou com duração de 2 400 horas em três anos. No caso de curso profissionalizante, esse período pode ser ampliado para 3 200 horas em quatro anos e mais um semestre de estágio supervisionado. Mas o grupo liderado pelo deputado Eraldo Tinoco (PFL-

BA) insistiu até horas antes da votação que o ensino profissionalizante tivesse a mesma duração do ensino regular.

A posição de Tinoco evidenciou a divergência básica sobre a concepção que norteia o projeto. Para os defensores do projeto de Jorge Hage, todo indivíduo deve ter acesso a um ensino médio que complemente e aprofunde sua formação básica. A proposta de Tinoco representaria o dualismo da escola média, ou seja, institucionalizaria o ensino profissionalizante voltado para o mercado de trabalho, para os pobres, e o ensino regular, voltado para a universidade, para os ricos. Foi proposta vencida, mas pode voltar ao debate no Senado.

Margareth Mamori

Um projeto muito polêmico

Discussão da LDB durou quatro anos

Quatro anos pode parecer tempo demais para discutir um projeto de lei. Mas não é tanto tempo assim se comparado aos 13 anos gastos para a votação final da LDB de 1961. Um assunto pouco valorizado pela imprensa e freqüentemente esquecido pelos governantes consegue provocar intermináveis discussões entre os setores envolvidos com a questão, que não se apegam apenas a limites partidários para fazer valer suas posições. "Educação envolve visões ideológicas, interesses econômicos, negócios particulares, posições partidárias, concepções políticas — não é fácil discuti-la", tenta relacionar Ubiratan Aguiar.

Um bom exemplo da confusão de interesses antagonísticos sobre a matéria é o ensino religioso. Embora árduo defensor do projeto original de Jorge Hage, que acaba com a obrigação do Estado de oferecer ensino religioso, Ubiratan Aguiar

preferiu não opinar sobre o assunto para evitar problemas com sua base eleitoral. Acabou valendo a proposta de Hage, estabelecendo matrícula facultativa para a disciplina a ser oferecida por entidades religiosas aos alunos que manifestarem interesse.

Mas, na discussão do projeto aprovado pela Câmara, os deputados se dividiram basicamente em dois grandes grupos: os opositores e os defensores do texto original de Jorge Hage, estes últimos fortalecidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. "Sem o trabalho do Fórum não teríamos chegado a lugar algum", reconhece Renildo Calheiros.

No entanto, o Fórum ainda terá muito trabalho pela frente, principalmente porque no Senado tramita o projeto de Darcy Ribeiro, que possui concepções pedagógicas bastante diferentes do texto aprovado na Câmara. A

iniciativa de Darcy de apresentar um projeto em contraposição ao que era discutido pelos deputados foi criticada por petistas, expedestistas, pelo governo e até por alguns pedetistas. "Acho que ele apresentou esse projeto só para ter seu nome em evidência", alfineta Angela Amin. "O Darcy não teve modéstia para esperar nossa proposta chegar ao Senado", condena Florestan Fernandes.

De qualquer maneira, todo esse debate poderá ser em vão se a LDB não entrar em vigor antes da revisão constitucional. Os defensores do projeto trabalham contra o relógio para que, quando a revisão começar, em setembro, a nova lei já esteja valendo. Caso isso não aconteça, outra LDB terá de ser novamente discutida para se adaptar às alterações na Constituição.

(M.M.)

As universidades, ainda na mesa de negociação

Dirigentes e trabalhadores da UNESP, USP e Unicamp continuam discutindo, em junho, as questões relativas à data-base de 1993. No dia 21 de maio o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) ofereceu 46% de aumento, percentual destinado a cobrir a inflação do mês e as perdas salariais desde maio de 1992, de acordo com o IPC da Fipe. Os reitores alegam que esse reajuste representa o máximo que poderia ser concedido diante da atual disponibilidade de recursos. Porém, o fórum das seis entidades de trabalhadores das três universidades deseja um percentual maior. Na rodada de negociações previstas para o dia 7 de junho, o fórum pretendia paralisar os câmpus e promover caravanas até São Paulo, para que o Cruesp elvasse sua proposta.

De acordo com Sueli de Lima Mendonça, presidente da Associação dos Docentes da UNESP (Adunesp), os reitores se comprometeram a recuperar os salários pelo nível de 1990. "Isso significaria um reajuste de 65% segundo o IPC da Fipe ou 95% pelo ICV do Dieese." Sueli realça que haveria folga orçamentária para maiores índices de aumento. "O Cruesp firmou o compromisso de destinar 80% do orçamento para a folha de pagamentos e a UNESP gastou com salários 78,82% e 78,36%, respectivamente, em março e abril."

O reitor da UNESP e presidente do Cruesp, professor Arthur Roquete de Macedo, concorda com os números apresentados por Sueli. Porém, acrescenta que a Universidade despendeu com salários 91,73% em janeiro, 101,93% em fevereiro, 79,20% em maio e previa gastar 91,74% em junho. "Esses índices resultam numa média de 85,38% de comprometimento com a folha de pagamentos nos seis primeiros meses do ano, o que demonstra claramente que, para nós, salário é prioridade absoluta." O professor Arthur critica a decisão do fórum de promover paralisações no dia 7. "Essa é uma postura politicamente incorreta, já que o Cruesp procura fazer as reuniões ne-

cessárias para equacionar, em discussões amplas e abertas com as entidades, a questão salarial na universidade."

O fórum dos trabalhadores também reivindica que os reitores definam uma política salarial. "Assim, evitaríamos o desgaste de negociações todos os meses", justifica Rosa Aparecida da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da UNESP (Sintunesp). Quanto a essa proposta, o professor Arthur assinala que o Cruesp já possui três diretrizes: reajustes mensais, reposição de perdas na data-base e recomposição dos salários sempre que o crescimento da arrecadação de ICMS for superior ao da inflação. "A partir dessas diretrizes, e considerando ainda o percentual de comprometimento do orçamento das universidades com a folha de pagamentos, acho possível definir uma política salarial que dispense a necessidade de discussões mensais."

As entidades querem ainda que o Cruesp participe, na Assembléia Legislativa, das pressões para que o percentual de participação das universidades no ICMS passe dos atuais 9% para 11%. "Já existem três emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias propondo os 11%", relata Sueli, da Adunesp. Segundo o professor Arthur, os reitores já estariam conversando com os deputados, mas, na sua opinião, a comunidade universitária deveria concentrar seus esforços para garantir a autonomia de gestão financeira. "Para isso, esperamos que o governador envie para a Assembléia um projeto que converta em lei o decreto que viabiliza a autonomia de gestão financeira das universidades." Além das reuniões sobre temas gerais, a Adunesp e o Sintunesp já se encontraram com o professor Arthur para discutir as reivindicações específicas. No caso Adunesp, houve avanços em questões como a definição de um projeto de capacitação docente que garanta o afastamento para a realização de cursos de pós-graduação e a criação de um seguro de vida para professores, funcionários e alunos em viagem.



José Cordeiro

Rosa: prioridade para salários dos servidores

Nova diretoria mostra o que pretende fazer

Empossada no último mês de março para o período 1993/1995, a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da UNESP (Sintunesp) aponta como prioridade a garantia de um bom nível salarial para os funcionários da Universidade. Rosa Aparecida Alves da Silva, eleita presidente, afirma que, com o fórum das entidades de trabalhadores da UNESP, USP e Unicamp, o sindicato está reivindicando junto ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) a definição de uma política salarial e o retorno dos salários ao patamar de 1990. "Propomos aumentos pelo índice de inflação do mês trabalhado, e não mais do mês anterior, além da recuperação das perdas dos últimos anos sempre que a arrecadação de ICMS crescer."

Além de Rosa, a nova diretoria executiva do Sintunesp é composta por Maria José Manoel (do câmpus de Assis, eleita secretária-geral); Isabel Cristina Tórtora (secretária de Relações Sindicais/Bauru); José Figueiredo (secretário de Imprensa e Comunicação/Bauru); Basileu dos Reis (secretário de Formação/Ilha Solteira); Maria Augusta Paulino Leite (secretária de Finanças e Meio/Botucatu); e Jesse James Alvarado (tesoureiro/Botucatu).

Durante sua gestão, a direção recentemente empossada pretende consolidar a presença da entidade em todos os câmpus. José Figueiredo, secretário de Imprensa e Comunicação, assinala que já estão sendo feitas visitas a todas as unidades. "Dessa forma, expomos nossas propostas, ao mesmo tempo que desencadeamos uma campanha de filiações que fortalecerão nosso sindicato em futuras mobilizações." Para aproximar o Sintunesp de suas bases, Isabel Tórtora, secretária de Relações Sindicais, prevê a criação de subdeses regionais e a instalação de um Departamento Jurf-

dico. "Através desse departamento, poderemos encaminhar ações coletivas, além de orientar e defender os funcionários nas mais variadas questões trabalhistas."

A nova diretoria também quer assegurar o pagamento de adicional de insalubridade em todos os locais onde as condições de trabalho ofereçam algum tipo de prejuízo à saúde, além da aposentadoria aos 25 anos para quem atua em áreas insalubres. José Figueiredo assegura que outra preocupação de sua entidade é garantir que a implantação do novo Plano de Carreiras seja precedida de uma ampla discussão com a comunidade universitária. Ele acrescenta que o sindicato pretende ainda evitar a realização de processos administrativos injustificados contra funcionários. "Em Bauru, por exemplo, estão ocorrendo sindicâncias sem fundamento contra alguns vigias do câmpus."

Porém, ao lado das questões sindicais, a equipe que hoje comanda o Sintunesp enfrenta um problema jurídico. Toda a chapa eleita foi oficialmente empossada, menos a presidente, Rosa, devido a uma liminar concedida a uma medida judicial impetrada pela presidente anterior do sindicato, Marisa Nunes Galvão, e outros funcionários da Universidade. "Nosso estatuto não permite que alguém que já tenha participado de duas gestões consecutivas volte a ocupar um cargo na diretoria", argumenta Marisa. "E esse é o caso de Rosa, que fez parte das duas gestões anteriores do sindicato." Atualmente, a candidatura da dirigente está sob júdice, aguardando julgamento final na Justiça. Rosa, no entanto, enfatiza que, apesar desse obstáculo legal, possui respaldo da base do Sintunesp para representar a categoria nas negociações salariais e trabalhistas. "Junto com os demais membros da diretoria, tenho sido recebida pelo reitor, por exemplo, para discutir nossas reivindicações."



Márcia Minillo

Sueli, da Adunesp: há recursos para reajuste maior

Funcionários em campo, na quadra, na pista...

No próximo dia 5 de junho terá início o II Campeonato Interunesp. Promovido desde o ano passado pela Associação dos Servidores da UNESP (Asunesp), o evento contará, em sua segunda versão, com seis modalidades esportivas: futebol de campo, futebol de salão, voleibol (masc. e fem.), basquete (masc. e fem.), atletismo (masc. e fem.) e ciclismo. As disputas para a fase classificatória serão realizadas entre 5 de junho e 21 de agosto, em treze câmpus da UNESP (veja quadro nesta página). "No ano passado, os jogos concentraram-se em Bauru. Este ano queremos que as pessoas conheçam câmpus diferentes", comenta Jadimir Jaime de Souza, presidente da Asunesp e organizador do campeonato. As finais devem

acontecer nos dias 4, 5, 6 e 7 de setembro, em Presidente Prudente.

Para Jadimir, iniciativas como este campeonato são importantes para promover a confraternização entre a comunidade, principalmente devido à distribuição geográfica da UNESP. "O esporte aproxima, integra, faz amizades", diz. O transporte dos atletas estará a cargo da Universidade e o alojamento e a alimentação ficarão por conta de empresas da região onde se localiza cada unidade. Cerca de 850 funcionários de ambos os sexos inscreveram-se para participar dos jogos. Quem quiser competir, ainda tem um tempinho: o prazo para as inscrições (apenas atletismo) vai até o final de julho. Basta entrar em contato com o representante da Asunesp de cada unidade.

Tabela da fase classificatória

05/06 - Araraquara x Rio Claro	10/7 - Guaratinguetá x S. Paulo
06/6 - Araraquara x Jaboticabal	11/7 - Guaratinguetá x S.J. dos Campos
12/6 - Rio Claro x Araraquara	20/7 - S. Paulo x S.J. dos Campos
13/6 - Rio Claro x Jaboticabal	21/7 - S. Paulo x Guaratinguetá
19/6 - Jaboticabal x Araraquara	24/7 - Assis x Marília
20/6 - Jaboticabal x Rio Claro	31/7 - Marília x Assis
26/6 - Ilha Solteira x Araçatuba	14/8 - Bauru x Botucatu
27/6 - Ilha Solteira x S. José do Rio Preto	21/8 - Botucatu x Bauru
03/7 - Araçatuba x Ilha Solteira	Obs.: As datas dos jogos de volta do câmpus de S.J. dos Campos ainda serão confirmadas. Os câmpus localizados do lado esquerdo da tabela sediarão os jogos.
04/7 - Araçatuba x S.J. do Rio Preto	
17/7 - S.J. do Rio Preto x Ilha Solteira	
18/7 - S.J. do Rio Preto x Araçatuba	

MÚSICA

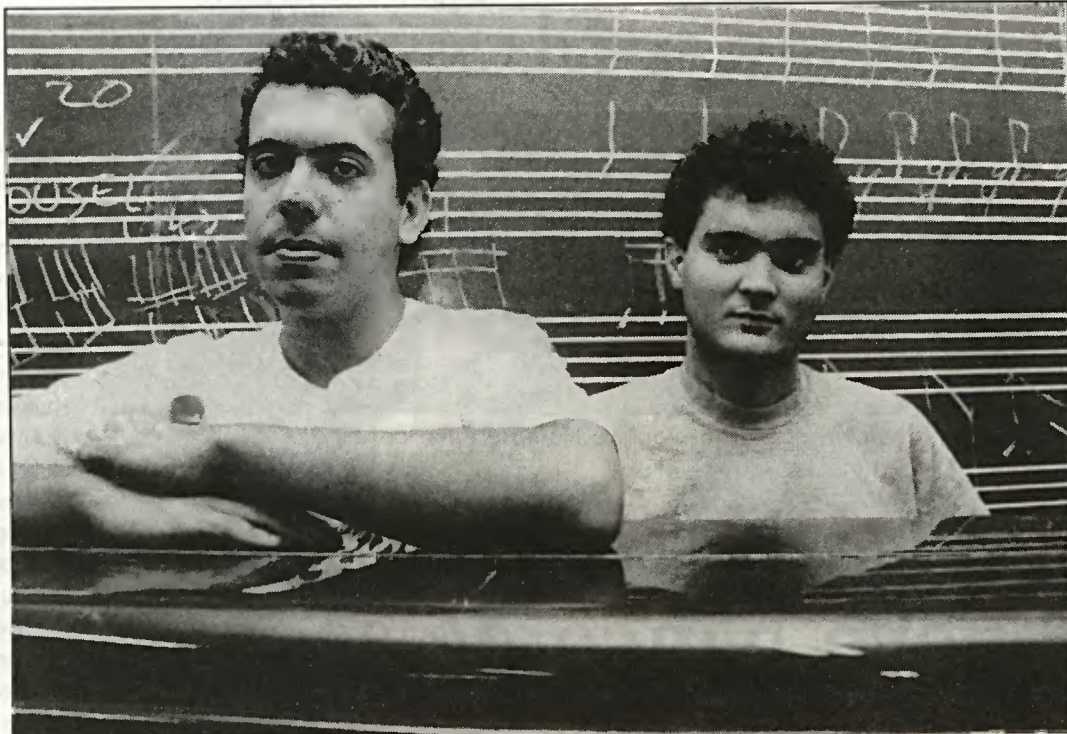
Arte vai onde o povo está

Mesmo numa cidade como São Paulo, não é difícil ouvi-los. Afinal, por onde quer que andem sempre levam a tiracolo seus instrumentos. E não fazem exigências quanto às condições do palco — que pode ser um parque, um museu, uma estação de metrô, uma igreja, um bar ou até mesmo um hospital. Desafiando um repertório que passeia pelos mais diferentes gêneros musicais — das canções barrocas ao jazz eletrificado —, os alunos de música do Instituto de Artes (IA) da UNESP levam a arte onde o povo está. Eles sabem que, assim, além de estarem fazendo algo que lhes proporciona muito prazer, também estão unindo ensino, pesquisa e extensão.

O Instituto abriga vários grupos, como os consolidados Piap, de percussão, e o coral *Tempero Ad Libitum*, os de ex-alunos, como o Duo Contexto e o UNESP Jazz Trio, e os de formações ocasionais, nos quais estudantes se reúnem para tocar em eventos específicos. Em comum, entre eles, a vontade de pisar os palcos e mostrar o trabalho que desenvolvem nas aulas e ensaios.

“A experiência é fundamental para a nossa formação”, garante o aluno do 4º ano de Percussão Edilson Medrado, de 21 anos. Ele fala com conhecimento de causa: durante os três anos e cinco meses em que vem participando do Piap, calcula ter-se apresentado cerca de 50 vezes em espaços tão diferentes como a estação São Bento do Metrô, o Parque Ibirapuera — no último dia 30 eles se apresentaram no evento “São Paulo Passo e Compasso”, em uma programação ao lado dos corpos estáveis de música e dança da Prefeitura — e a sofisticada Sala São Luiz. “Apesar de ainda sermos alunos, já contamos com o nome de um grupo profissional”, explica Edilson, lembrando que o Piap, dirigido pelo diretor do IA, professor John Boudler, já abocanhou um prêmio Eldorado, excursionou durante um mês pelos Estados Unidos, em 1987, e tem um disco gravado.

Ter um pé no aprendizado e outro na carreira profissional é também a situação ideal para os sete integrantes da Orquestra de Câmara da UNESP, que existe há dois anos e cujo repertório cobre basicamente o barroco alemão, francês e inglês. “Aqui, a gente se desenvolve mais que em qualquer outra orquestra, pois o grupo é reduzido e o aproveitamento, bem maior”, entusiasma-se Paulo Cesar Fernandes, 23 anos, violoncelista e aluno do 3º ano do instrumento. Paulo Cesar conta que, ao longo das 40 apresentações que fez junto ao grupo — muitas delas nos campi da UNESP —, desenvolveu uma boa “cancha” de palco. Aliás, segundo o professor Carlos Kaminski, coordenador do Programa de Atividades Culturais (Pac) e diretor artístico da Orquestra, uma das



Bologna e Leandro, do Duo Contexto: viagem à Califórnia e planos de carreira internacional

suas principais funções é atender as unidades do interior e representar a Universidade em eventos externos.

TEMPERO A GOSTO

O Instituto de Artes é também um lugar privilegiado para o músico desenvolver sua habilidade em gêneros pouco conhecidos e não muito executados comercialmente. É caso do coral *Tempero Ad Libitum* (significa tempero a gosto), dirigido pelo professor Vitor Gabriel, que recebeu o prêmio de melhor regente de 1991 da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). O *Tempero* tem quase três anos e se especializou em música sacra colonial. “Quem não gosta de música antiga, bom sujeito não é”, brinca o pós-graduando Edilson Vicente de Lima, 28 anos. Além de se apresentar regularmente junto às outras 29 vozes do coro, em concertos e igrejas, ele restaura partituras da época, o que ajuda o coral a aumentar seu repertório.

O IA, entretanto, não forma apenas

músicos eruditos. Ouça-se, a propósito, o trabalho do UNESP Jazz Trio (Teclados, baixo e bateria), que começou em 1991 com alunos formados pelo Instituto. Hoje eles têm uma agenda lotada de shows e tocam em casas especializadas, como o Sanja e o bar *Porquoi Pas*. Mesmo já sendo formados, decidiram incorporar o nome da Universidade ao da banda. “Divulgamos a UNESP e contamos com a força dela”, explica o baterista Marcel Cangiani. Músicos experientes, têm composições próprias e tocam principalmente *jazz-fusion*, uma mistura de jazz com outros ritmos, como o rock, o samba e a bossa nova.

PROFISSIONAIS E INICIANTES

Outro grupo que mal saiu das salas do Instituto de Artes e já conta com uma posição invejável no meio musical é o Duo Contexto, especializado em percussão. Ricardo Bologna e Eduardo Leandro, que ganharam o 2º lugar do Prêmio Eldorado de Música no ano passado, apresentam-se constantemente em locais como o auditório do Museu de Arte de São Paulo, MASP.

A dupla viaja em setembro para os Estados Unidos, onde vai estudar na Universidade da Califórnia, tendo como orientador o renomado músico Steven Schick. “Vamos ver se dá para entrar no mercado americano”, planeja Eduardo.

Enquanto o sucesso internacional não vem, o IA abre vários canais para seus futuros talentos. Um deles é o Movimento Ritmo e Som, no qual grupos ocasionais — duos de violão, de violão e canto etc. — fazem apresentações em lugares como o Parque Modernista e o Museu do Ipiranga. Os alunos apresentam-se até mesmo em hospitais, dentro da programação “Arte, cultura e lazer nos hospitais”, da Secretaria de Saúde. “A música serve também para afastar a angústia, verbalizar as emoções e até para anestesiá-las”, explica a organizadora do movimento, professora Maria de Lourdes Sekeff.

Marcelo Burgos



Kaminski e a Orquestra de Câmara: “cancha” de palco



UNESP Jazz Trio, no Sanja, em São Paulo: agenda lotada

PESQUISA

Geólogo traz prêmio inédito para UNESP

Nem bem retornou ao Brasil, após dois anos como pesquisador-bolsista do CNPq na New Mexico State University, nos Estados Unidos, José Humberto Barcelos, professor-titular do Departamento de Geologia Sedimentar do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) do campus de Rio Claro, recebeu, em maio, uma boa notícia: seu trabalho sobre calcários da era permiana (que remonta há 250 milhões de anos) fora premiado pela International Technology Corporation, que considerou a pesquisa como a melhor da área, em 1992. O título do trabalho é tão longo como complicado: “Controles paleoclimáticos por isótopos de carbono e oxigênio em caliches da formação abo (permiana) da região Centro-Sul do Novo México, nos Estados Unidos”. “É uma pesquisa básica relacionada ao estudo do calcário, que permite uma melhor compreensão de como esse material se depositou e se conservou por tanto tempo”, explica Barcelos. A médio prazo, ele esclarece, seu estudo poderá auxiliar a indústria do cimento e as pesquisas com fármacos. É a primeira vez que esse prêmio, um troféu em madeira e ouro, é outorgado a um pesquisador brasileiro. “Essa homenagem projeta o nome da UNESP no cenário internacional e mostra que a Universidade está certa em incentivar o intercâmbio de pesquisadores com outros países”, avalia o professor.

FUNDAÇÃO

Pró-reitor assume curadoria

O Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, Vagner José Oliva, assumiu, no último dia 3 de maio, o cargo ocupado anteriormente pelo professor Carlos Ruggiero no Conselho de Curadores da Fundação de Alta Tecnologia de São Carlos. Criada em 1985 como entidade particular sem fins lucrativos, a fundação tem se empenhado em orientar, apoiar, organizar e planejar a implantação de empresas, fornecendo a elas suporte tecnológico proveniente de universidades brasileiras. “O programa de difusão de ciência e tecnologia da UNESP casa-se perfeitamente com a proposta da fundação”, declara Oliva. “E a interação entre o setor produtivo e a Universidade é fundamental para o desenvolvimento do País.”

PUBLICAÇÃO

Naturalia, sob nova direção

A revista *Naturalia*, responsável pela divulgação de trabalhos científicos na área de Ciências Biológicas da Universidade, publicada anualmente pela editora UNESP desde 1980, está sob nova direção. Com a saída da professora Carminda da Cruz Landim, em março passado, assumiu o professor Flávio Henrique Caetano, também do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências do campus de Rio Claro. “Pretendo dar continuidade ao trabalho da professora Carminda”, comenta Flávio Caetano. “Não haverá nenhuma mudança editorial na revista, já que não se mexe em time que está ganhando”.

CONVÊNIO

Compre um jeans e ajude seu câmpus

A partir de agora, quem estuda ou trabalha na UNESP vai poder comprar calças, jaquetas e camisas da marca Staroup a preço de fábrica. De quebra, estará ajudando a ampliar a cooperativa de crédito de seu câmpus, ou a criar uma, caso ela ainda não exista. Mas não é só isso. Parte dos 5% das vendas, que ficarão com a UNESP, será usada pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários (Proex) para custear programas sociais como creches, centros de convivência e auxílios aos alunos. "A linha de produtos é a mesma que se encontra nas lojas, e as compras poderão ser financiadas em até duas vezes", explica o assessor da empresa, Lineu Sales Leite. Segundo ele, a Staroup pode, no caso, cobrar mais barato porque não arca com despesas como aluguel e energia elétrica. "Assim, divulgamos nossa marca e auxiliamos a Universidade", enfatiza.

A experiência-piloto vai acontecer de 11 a 14 de junho, em Bauru, e depois se estenderá aos demais câmpus. "A idéia é, mais tarde, diversificar os produtos, trazendo desde tênis até microcomputadores", revela o pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, Vagner José Oliva. Ele acrescenta que a principal vantagem deste tipo de convênio é o fortalecimento do sistema de cooperativas dentro da UNESP. "São associações que auxiliam muito os professores e funcionários", completa.

COMEMORAÇÃO

FCT faz anos. A sorte é só dela

Durante as festividades de seu 34º aniversário, realizadas entre 3 e 9 de maio passado, a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) do câmpus de Presidente Prudente ganhou presentes para ninguém botar defeito. No último dia 5, com a presença do reitor, Arthur Roquete de Macedo, foram inaugurados o novo pavilhão de aulas e o Centro de Convivência Infantil da unidade. O prédio do pavilhão, com 856m² de área construída, possui 7 salas de aula, com capacidade para 350 lugares, e um mini-anfiteatro, para 60 pessoas, onde serão ministradas aulas e cursos de licenciatura. O Centro de Convivência Infantil, com 600m², é formado por uma creche e pré-escola e atenderá cem crianças — filhos de docentes, funcionários e alunos.

INAUGURAÇÕES II

Novos prédios em Jaboticabal

A Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do câmpus de Jaboticabal está em clima de festa. E motivos para tanto não faltam. No último dia 7 de maio, os departamentos de Microbiologia e Tecnologia ganharam novas instalações. O recém-inaugurado prédio do Departamento de Microbiologia conta com quatro laboratórios e quatro salas para docentes. "Agora, temos espaço próprio e condições para melhorar a qualidade das pesquisas de docentes e pós-graduandos", conta Antônio Carlos Monteiro, chefe do Departamento de Microbiologia. O Departamento de Tecnologia foi ampliado — ganhou oito laboratórios e quatro salas para docentes, além de diversos equipamentos. As obras custaram à Reitoria cerca de US\$ 270 mil.

INAUGURAÇÃO I



Coleta no Núcleo de Hematologia e Hemoterapia: condições ideais

Araraquara tem novo banco de sangue

Foi inaugurado, no último dia 7 de maio, o Núcleo de Hematologia e Hemoterapia da Faculdade de Ciências Farmacêuticas do câmpus de Araraquara (FCF), em convênio com o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde do Estado de São Paulo, SUDS. O órgão tem capacidade para armazenar e fornecer de 600 a 800 bolsas de sangue por mês, quantidade suficiente para atender aos hospitais de Araraquara e região. "Trabalhamos com matéria-prima de alta qualidade, pois temos condições ideais de coleta, processamento e distribuição", assegura o professor Luiz Marcos da Fonseca, coordenador do Núcleo de Atendimento à Comunidade da FCF, que conta também com o Laboratório de Análises Clínicas.

Segundo Fonseca, o Hospital São Paulo, de Araraquara, já desativou o seu banco

de sangue e utiliza atualmente apenas os serviços do Núcleo. "A principal vantagem é que nossos recursos e tecnologia são superiores aos dos bancos de sangue dos hospitais e o atendimento é muito rápido", comenta. No núcleo, os doadores — cerca de 140 por mês, passam por cadastramento, triagem e coleta, que dura 10 minutos. A equipe conta com 14 funcionários, incluindo médico, assistente social, biomédico, bioquímico e técnicos de laboratório.

O sangue recebido nas doações é fracionado em vários concentrados e fica à disposição dos hospitais. Estes concentrados são usados em diferentes casos. O de plasma pode servir para repôr volume, em casos de desidratação; o de hemácias, para anemia; o de plaquetas, para leucemia; e o crioprecipitado, para hemofilia.

SERVIÇO

Para melhor falar e ouvir

Horiguela: 80 pacientes atendidos em um mês de funcionamento

Normalmente, apenas quem tem problemas de voz ou audição sabe o quanto elas são importantes para se levar uma vida normal. A fim de auxiliar as pessoas que tenham deficiências auditivas ou vocais, está funcionando desde o mês de abril passado a clínica fonoaudiológica da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do câmpus de Marília. Distúrbios como gagueira e dificuldades de audição, leitura e articulação das palavras são atendidos por estagiários do quarto ano de Fonoaudiologia, supervisionados por doze professores do curso. Essa equipe atua em sete salas de atendimento e três cabines acústicas para avaliação audiológica de adultos e crianças.



Apesar de sua instalação recente, a clínica mostra que veio cumprir um importante papel junto à população local. Segundo Maria de Lourdes Horiguela, coordenadora do curso de Fonoaudiologia, em cerca de um mês de funcionamento 81 pacientes já estão sendo atendidos. Além disso, haveria 175 pessoas triadas, à espera de atendimento, e ainda 96 pessoas que aguardam triagem. "Esses números demonstram que havia uma grande demanda reprimida por serviços fonoaudiológicos na região", comenta Maria de Lourdes. A clínica está funcionando nas instalações da antiga sede da FFC, na av. Vicente Ferreira, 1.278, no centro de Marília. Tel. (0144) 33-1844 (r. 142).

METEOROLOGIA

Se o tempo virar, a lavoura não vai sofrer

Agora, a Faculdade de Engenharia do câmpus de Ilha Solteira (FEIS) conta com uma boa arma para enfrentar as complexas variações do clima. Desde abril, pesquisadores da unidade e agricultores da região têm ao seu alcance os minuciosos dados fornecidos por uma estação agrometeorológica. Com um custo de cerca de US\$ 8 mil, os equipamentos foram implantados graças a um convênio com a Organização Mundial de Meteorologia (OMM), através do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A estação funciona na Fazenda de Ensino e Pesquisa — Pomar, e nasceu de um projeto dos professores Fernando Tangerino Hernandez e Salatiér Buzetti, do Departamento de Ciências do Solo e Engenharia Rural.

Do material instalado fazem parte um tanque para medir a evaporação do solo e a transpiração das plantas, e aparelhos que registram fatores como velocidade do vento e temperaturas máxima e mínima. O professor Hernandez esclarece que os dados coletados são armazenados num computador. "As informações ficam à disposição dos produtores rurais e dos docentes que, por exemplo, trabalham com aplicação de defensivos", comenta. Também foi adquirido pelo convênio o Sistema Agroclimatológico para o Acompanhamento das Culturas Irrigadas (SAACI), que monitora a umidade do solo em lavouras com irrigação. "Esse sistema já está sendo aplicado numa plantação particular de feijão", diz Hernandez.

ODONTOLOGIA

Pós-graduação em Araçatuba

A UNESP é a primeira universidade do Estado e a segunda do País a criar um curso de pós-graduação em Odontologia Preventiva e Social, em níveis de mestrado e doutorado. A iniciativa partiu da Faculdade de Odontologia do câmpus de Araçatuba. A criação da pós-graduação foi aprovada em reunião do Conselho Universitário (CO), realizada no último dia 27 de maio, na Reitoria.

A decisão foi comemorada pela professora Nemre Adas Saliba, coordenadora do curso de pós-graduação em Odontologia Preventiva e Social da unidade. "O curso vai permitir que docentes e cirurgiões-dentistas evoluam na carreira universitária", afirma. "Temos, inclusive, docentes e pesquisadores da USP e Unicamp interessados no curso." Segundo a coordenadora, nas universidades faltam professores especializados nesse segmento. "A maioria dos profissionais já se aposentou", diz.

Os trabalhos em nível de mestrado e doutorado serão desenvolvidos em seis linhas de pesquisa: Epidemiologia, Controle de Placa Bacteriana, Flúor, Informática em Odontologia Preventiva e Social, Educação e Saúde Comunitária, e Técnicas e Materiais usados em Odontologia e Saúde Pública. A idéia do curso, segundo Nemre, é capacitar os profissionais a analisar, planejar, executar e avaliar, em nível administrativo e operacional, os problemas de odontologia em saúde coletiva. "Para isso, vamos formar um corpo docente qualificado, com profissionais da UNESP, USP e Unicamp", diz.

O curso oferecerá, no mínimo, quatro vagas por nível e terá uma abordagem ampla, com enfoque na Psicologia e na Sociologia. O caráter abrangente do curso será reforçado com a participação de professores dos Departamentos de Odontologia Social, Patologia, Odontologia Restauradora, Diagnóstico e Cirurgia, Morfologia, Clínica Infantil e Ciências Fisiológicas. Cada professor deverá orientar, no máximo, dois alunos. Ainda não está previsto o início de funcionamento do curso.

AVENTURA

Pedaladas pelo ensino

CIÊNCIAS SOCIAIS

Vamos formar doutores

Curso será oferecido em Araraquara

A partir do próximo mês de agosto começa a funcionar, na UNESP, o primeiro curso de pós-graduação em Ciências Sociais, em nível de doutorado, na Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Araraquara. O funcionamento do curso foi aprovado em reunião do Conselho Universitário (CO) no último dia 27 de maio. Segundo a professora Maria Aparecida de Moraes, coordenadora do curso de pós-graduação em Sociologia, o doutorado foi criado a pedido da própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). "O curso de mestrado, que funciona há treze anos no câmpus e que já teve 30 dissertações de mestrado defendidas, tem o conceito "B" da Capes e está entre os melhores do País", afirma.

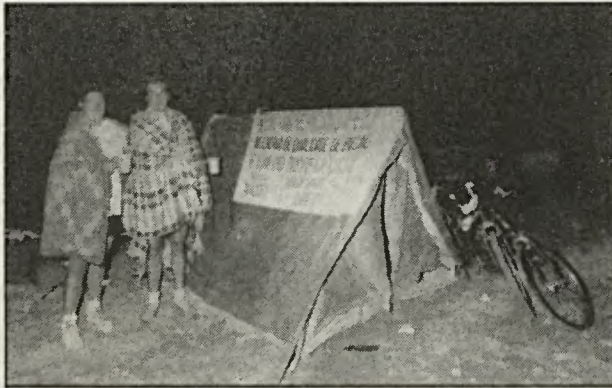
A área de concentração do curso será "Sociologia Rural e Urbana" e vai abordar cinco linhas diferentes de pesquisa: Classes e Movimentos Sociais; Agricultura, Urbanização e Industrialização no Brasil; Família e Relações de Gênero; Cultura e Ideologia; e Estado, Desenvolvimento e Políticas Públicas. A tônica do curso será a interdisciplinariedade, isto é, as

aulas serão dadas por 14 docentes dos Departamentos de Sociologia, Antropologia, Política e Filosofia, e Economia e História da unidade, a maioria com título de doutor, e contará com a participação de outros sete professores da USP, Unicamp e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. A previsão é de que cada orientador fique com um número máximo de seis alunos.

De acordo com Maria Aparecida, esse é o quarto curso oferecido no Estado. "A procura deverá ser grande", aposta ela. Segundo a coordenadora, alunos de outras unidades da UNESP já se mostraram interessados e deverão participar do curso. "O doutorado deverá seguir os mesmos passos do curso de mestrado, que tem ex-alunos de universidades de Maringá, Londrina e até do Estado do Mato Grosso", diz. O curso oferecerá dez vagas. Os interessados deverão se inscrever entre 7 e 25 junho, na Faculdade de Ciências e Letras, na Rodovia Araraquara-Jaú, km 01, em Araraquara. O exame de seleção acontecerá no dia 30 de junho. Maiores informações pelo tel. (0162) 32-0405 ou 32-0444, R. 112.

Devagar se vai ao longe. Com essa frase na cabeça, muita força de vontade e disposição física, dois alunos da Faculdade de Engenharia do câmpus de Guaratinguetá percorreram, de bicicleta, o trajeto entre Poços de Caldas, em Minas Gerais, e a cidade que sedia sua escola. Foram aproximadamente 300 quilômetros, distância consumida em pouco mais de dois dias, no final de maio último. Marcelo Cássio Necho, de 24 anos, quintanista do curso de Engenharia Elétrica, e Marlon Valmari Curi Valério, de 23 anos, quartanista do mesmo curso, resolveram encarar o desafio como forma de chamar a atenção para problemas que consideraram da maior importância: a qualidade do ensino universitário e a violência nos trotes aplicados aos alunos recém-chegados às faculdades.

Sem preparo físico especial, Marcelo e Marlon saíram de Poços de Caldas às 6h30 da manhã de um do-



Fotos José Cordeiro



MAIOR PEDAL

Marlon (à esq.) e Marcelo, acampados e na estrada: pelo ensino, contra o trote violento

mingo, dia 23, e chegaram a Guaratinguetá às 13 horas da terça 25. Começavam suas pedaladas com as primeiras luzes da manhã e só paravam à tardinha, para comer e dormir. "No trajeto, fomos comendo chocolate e tomando água", conta

Marcelo. "Com um pouquinho de convicção, qualquer um pode fazer uma viagem como essa", garante Marlon.

Sempre empunhando uma faixa que pedia pela "melhoria da qualidade de ensino" e pelo "fim do trote", Marcelo e Marlon passaram por várias cidades, como Pouso Alegre, Sta. Rita do Sapucaí, Itajubá, Piquete, Lorena e Aparecida do Norte. Em todas, mantiveram contatos com alunos, professores, diretores e jornalistas — que lhes abriram espaços nos jornais locais. "O interesse do pessoal superou em muito as nossas expectativas", admite Marcelo. "Em Sta. Rita do Sapucaí, por exemplo, fomos recebidos pelo diretor do Centro de Desenvolvimento e Tecnologia, que fez questão de ser fotografado ao nosso lado." As pedaladas dos alunos receberam elogios também em Guaratinguetá. "O diretor da FEG, Herman Voorwald, e a prefeitura local deram a maior força", garante Marlon.

mento e Tecnologia, que fez questão de ser fotografado ao nosso lado." As pedaladas dos alunos receberam elogios também em Guaratinguetá. "O diretor da FEG, Herman Voorwald, e a prefeitura local deram a maior força", garante Marlon.

AGENDA

ARARAQUARA

- 14/06. Palestra: "Hepatites A, B, C, D e E", por Iracilda Zeppone Carlos. Na FCE.
- 14/06 a 17/06. I Seminário de Direito Administrativo. Na FCL.
- 14, 21 e 28/06. Seminário Temático: "Paradigmas do Pensamento Social Brasileiro". Na FCL.
- 15/06. Palestra: "Noções básicas sobre prevenção do uso de drogas", por Cristina Zaniolo Gibran. Na FCE.
- 16 e 17/06. Colóquio: "Linhas de Pesquisa — Projetos em Debates II". Na FCL.
- 19/06. Palestra: "Preparações emulsionadas (cremes e loções)", por Marcos Antonio Corrêa. Na FCE.
- 24 e 26/06. Curso de atualização em uroanálise, por Luciano Maurício Piochi Lobo, da Bayer do Brasil. Na FCE.
- 26/06. Palestra: "Preparações emulsionadas (cremes e loções)", por Marcos Antonio Corrêa. Na FCE.
- 26/06. Palestra do I Curso de Micologia e Microbiologia Clínica: "Diagnóstico laboratorial de micoses subcutâneas: cromomicose e micetonas", por Maria José Soares Mendes Giannini. Na FCE.
- 26/06. Palestra do I Curso de Micologia e Microbiologia Clínica: "Diagnóstico laboratorial e interpretação de exames de materiais biológicos", por Antonio Carlos Pizzolitto. Na FCE.
- 29/06. Palestra: "Captação e triagem de doadores de sangue", por Maria do Carmo Vasques de Miranda Delbon. Na FCE.

- 03/07. Palestra: "Aplicações de extratos vegetais", por Marcos Antonio Corrêa. Na FCE.
- 12/07. Palestra: "Fracionamento sanguíneo", por Cristina Marta de Oliveira. Na FCE.
- 17/07. Palestra: "Filtros solares, bronzeadores e protetores solares", por Marcos Antonio Corrêa. Na FCE.
- 23/07. Palestra: "Hepatites virais", por Milton Aurélio Marques da Silva. Na FCE.
- 24 e 25/07. Curso de extensão universitária: "Técnicas de Biologia Molecular e suas Aplicações", por Regina Maria Barreto Cicarelli. Na FCE.
- 26/07. Palestra: "Antígenos eritrocitários", por Elza Regina Manzoli Leite. Na FCE.
- 31/07. Palestra: "Filtros solares, bronzeadores e protetores solares", por Marcos Antonio Corrêa. Na FCE.
- 31/07. Palestra: "Diagnóstico sorológico das micoses", por Maria José Soares Mendes Giannini. Na FCE.
- 31/07. Palestra: "Diagnóstico laboratorial e interpretação de exames de materiais biológicos", por Antonio Carlos Pizzolitto. Na FCE.

ASSIS

- 15 a 17/06. 1ª Jornada de Filosofia.
- 17/06. Palestra: "Patologias de linguagem", por Ana Mariza Meyer.
- 17/06. Palestra: "Avaliação de linguagem", por Marlene Silvestre Tosoni e Rosa Maria Rodrigues de Carvalho.

BOTUCATU

- 19/06. Apresentação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Na FCA.
 - 29 a 31/07. I Jornada de Atualização em Obstetrícia — Tópicos Avançados em Medicina Fetal. Na FM.
- ### ILHA SOLTEIRA
- 04/06. Apresentação do UNESP Jazz Trio, na Casa da Cultura.
 - 14 a 18/08. Curso: "Amplificadores operacionais".
 - 21/06 a 02/07. Curso: "Eletrônica de potência e aplicações I".
 - 05 a 09/07. Curso: "Fatores edáficos importantes para o manejo adequado do solo".
 - 05 a 09/07. Curso: "Inseminação artificial em bovinos".
 - 05 a 16/07. Curso: "Fontes chaveadas".
 - 12 a 16/07. Curso: "Eletrônica digital II".

JABOTICABAL

- 1º/06. Apresentação da Banda do Colégio Técnico Agrícola.
- 1º/06. Palestra: "A doação de órgãos", por Paulo Ribeiro, do Rotary Clube.
- 04/06. Recepção aos ex-alunos e homenagem ao ganhador do Prêmio Jovem Cientista (veja reportagem na pág. 12).
- 04/06. Apresentação da Orquestra de Câmara da UNESP.
- 04/06. 1º Encontro sobre Produção e Comercialização de Amendoim.

- 05/06. Passeio no câmpus da FCAV, pela comunidade jaboticabalense.
- 16 a 18/06. Curso: "Alimentação de peixes", por Dalton José Carneiro.

MARÍLIA

- 07/06. Palestra: "Geografia em canção".
- 11/06. Encontro de educação especial.
- 14 a 16/06. Palestra: "A arte da restauração de material bibliográfico".
- 17 e 18/06. Curso de extensão: "Orientação bibliográfica para alunos e professores".
- 23/06. "Memórias e histórias da MPB".
- 24 e 25/06. I Congresso de Iniciação Científica do Câmpus de Assis.
- 05 a 09/07. Curso de extensão: "Atualidade das Ciências Sociais: História e Geografia".

PRES. PRUDENTE

- 28 a 30/06. Curso: "I Encontro para discutir qualidade em eventos e práticas esportivas".

RIO CLARO

- 25/06. Reunião Regional de Matemática, no IGGE.
- 05 a 09/07. 1º Simpósio sobre Cronoestratigrafia da Bacia do Paraná, no IGCE.

S.J. DO RIO PRETO

- 1º/06. Seminário: "Micelas e

vesículas: uma classe de sistemas biométricos".

- 17 e 18/06. Curso: "Controle estatístico de qualidade", por Luiz Carlos Baida e José Antônio Cordeiro.
- 21 a 25/06. SIPAT. Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho.
- 19 e 20/07. Curso de hemoglobinopatias.
- 21 a 23/07. Simpósio Nacional de Hemoglobinopatias.

SÃO PAULO

- 02/06. Apresentação do duo de percussão e piano Novos Tons.
- 08/06. Palestra ilustrada: "Villalobos e o Modernismo".
- 17/06. Mania Musical. Apresentação de Sônia Ray (contrabaixo) e Luciane Cardassi (piano).
- 24/06. O Contrabaixo no final do século XX. Recital de Valerie Albright (contrabaixo) e Antônio Eduardo (piano), com participação de Valéria Zeidan (percussão) e Milene Aliverti (violoncelo).

NOTA

A AGENDA divulgará, mensalmente, todos os eventos promovidos pela Universidade. Para isso, precisa que as informações cheguem à redação do jornal pelo menos 45 dias antes de sua realização, com o máximo de detalhes possível: datas, programa completo, local e horários. Escreva para: Praça da Sé, 96, 6º andar. CEP 01001-900 — São Paulo, SP. Fax: (011) 35-4535. Teis.: (011) 37-7120 e 35-9489.

Milho para milhões

PARECE ATÉ FICÇÃO: UMA NOVA ESPÉCIE DE MILHO, RESISTENTE À SECA, ÀS PRAGAS E DOENÇAS. O AUTOR DA DESCOBERTA, UM AGRÔNOMO RECÉM-FORMADO PELA UNESP DE JABOTICABAL, É O VENCEDOR DO PRÊMIO JOVEM CIENTISTA/92

Mudanças bruscas de clima, solos exauridos, pragas, doenças, secas. Esse são alguns dos inimigos mais temidos pelos agricultores, sobretudo pelos pequenos lavradores, que não têm como enfrentá-los. Afinal, despesas com adubos, defensivos ou irrigação podem alcançar cifras tão elevadas que, em alguns casos, acabam por inviabilizar toda uma safra. Vários cientistas, nos quatro cantos do mundo, têm-se dedicado ao assunto, de olho no crescimento vertiginoso da população mundial. Um desses cientistas, Josué Maldonado Ferreira, acaba de obter importante reconhecimento por sua contribuição na área.

Mal saído da adolescência e recém-formado pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do câmpus de Jaboticabal, Josué é o vencedor, aos 24 anos, do Prêmio Jovem Cientista/92, promovido anualmente pela Fundação Roberto Marinho, CNPq e Grupo Gerdau (veja quadro nesta página). Sua pesquisa, desenvolvida ao longo dos últimos quatro anos, resultou numa variedade de milho resistente, capaz de germinar em condições desfavoráveis de cultivo, mesmo na ausência de insumos agrícolas.

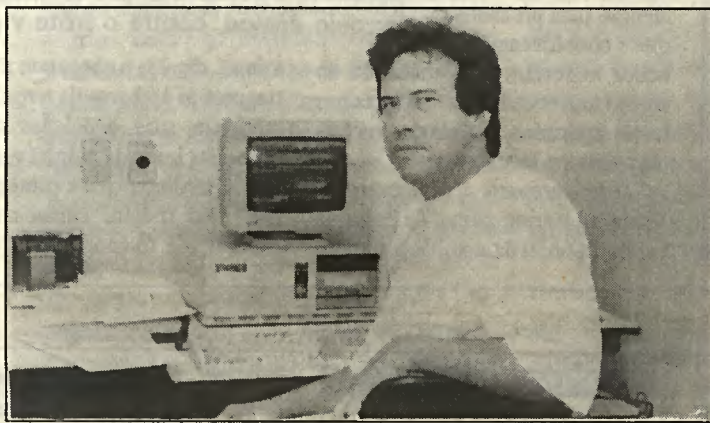
Natural de Santo André, no ABC paulista, Josué cresceu ouvindo histórias do meio rural, contadas por seu pai, o ex-sitante e mestre de obras aposentado Valdomiro Ferreira, 62 anos. Caçula entre cinco irmãos, foi o único a escolher a agronomia por profissão. "Não sei até que ponto minha opção profissional foi influenciada por meu pai", diz. "Sempre gostei do campo e de tudo o que se relaciona à natureza." De fato, logo depois de ter concluído o primeiro grau, em Santo André, Josué decidiu fazer um curso técnico em agropecuária e matriculou-se no Colégio Adventista de Maringá, no Paraná. Terminado o curso, foi tentar o vestibular. Durante um ano, trabalhou de dia e estudou à noite. Nessa época, lembra-se, já tinha certeza do que queria: ser agrônomo. Em 1988 ingressou no curso de Engenharia Agrônoma da UNESP de Jaboticabal.

"AS PLANTAS NÃO ESPERAM"

Determinado, curioso e ávido por novos conhecimentos, Josué não perdeu tempo. Já no segundo semestre do primeiro ano começou a fazer pesquisas junto ao professor José Roberto Moro, do Departamento de Biologia Aplicada, que trabalha com melhoramento de milho desde 1972. No final do segundo ano do curso, enviou um projeto sobre melhoramento de milho ao CNPq e obteve uma bolsa de iniciação científica. Josué concluiu o curso como o primeiro aluno de uma turma de 90 estudantes, e apresentou uma monografia digna de um experimentado pesquisador. "Nunca pensei que ganharia um prêmio com meu trabalho de fim de curso", diz, com modéstia. "Acredito que houve uma feliz coincidência entre meu projeto e o tema proposto pelo CNPq, 'Qualidade dos Alimentos e Saúde do Homem'."



Fotos: José Condeiro



DE GRÃO EM GRÃO

Josué (no alto) com o supermilho: segundo o orientador Moro (acima), "dedicado, persistente e responsável"

Normalmente reticente, o jovem engenheiro agrônomo fecha-se em copas quando o assunto é a sua premiação. As pessoas que o cercam, por outro lado, não poupam palavras — sempre elogiosas — para descrever sua competência, sua inteligência ou seu caráter. "Josué é um dos melhores frutos já colhidos pela UNESP", afirma o orientador José Moro. "Ele é dedicado, responsável, persistente e dono de uma grande capacidade intelectual." "É companheiro e solidário", emenda Marcelo Nishikawa, agrônomo também formado pela FCAV e colega de equipe de Josué. Os elogios agora, vêm de casa: "Nosso filho só nos tem dado alegrias", reforça, emocionado, o pai.

Josué faz questão de ressaltar que seu trabalho seria impossível sem a colaboração da equipe, composta pelos estudantes da FCAV, Lean-

dro Figueiredo, Devanir Murakami, Marcelo Nishikawa e Silvano de Souza. Os três primeiros fazem pós-graduação em melhoramento de culturas e Silvano está no último ano de agronomia. "O prêmio é consequência do trabalho de todos e, por isso, será justamente dividido", comenta. Para escrever a monografia, Josué consultou mais de 50 publicações — nacionais e estrangeiras — e acompanhou experimentos durante praticamente quatro anos. "Nossa equipe não tem férias. Descansamos, alternadamente, no máximo uma semana cada um", diz. "Já trabalhamos até em véspera de Natal, já que as plantas não esperam."

DEUS AJUDA QUEM CEDO MADRUGA

O dia de Josué começa às 6 da manhã. Antes mesmo de tomar café, dedica 30 minutos à leitura de seu livro predileto: a Bíblia. Só então vai para a FCAV — de bicicleta. Às segundas e terças-feiras ele dá aulas de violão clássico, à noite, no Conservatório Villa-Lobos. "A música faz parte da minha vida", diz o pesquisador, que estudou violão durante dois anos. "Aprendi o suficiente para dar aulas a principiantes", afirma. "A música me dá alegria, prazer, felicidade." Às quartas-feiras, Josué assiste ao culto celebrado na Igreja Adventista do Sétimo Dia, que frequenta desde criança. Ali, participa também do coral. "Deus sempre me ajudou nos momentos difíceis", comenta. Nos finais de semana, quando o milharal permite, Josué vai à Ribeirão Preto, onde mora sua namorada, estudante de biologia.

Satisfeito com o rumo de sua carreira, Josué não se preocupa demais com o futuro. De certo, ele sabe apenas que quer continuar vivendo no campo e pesquisando espécies cada vez mais resistentes de milho. Depois do mestrado, que cursa com bolsa do CNPq, quer fazer doutorado. "A pesquisa com milho acabou virando uma paixão", afirma. "Pretendo aperfeiçoar meu trabalho para possibilitar aos pequenos produtores rurais uma boa produção. A engenharia genética pode fazer muito pela agricultura desse País." Enquanto aguarda a entrega do cobicho prêmio — Cr\$ 180 milhões, em abril, a ser reajustado pela TRD —, que deverá ocorrer até o final de junho, Josué e sua equipe fazem planos. "Quando o dinheiro chegar, vamos comemorar com uma grande churrascada", anuncia o pesquisador que, com sua fatia do bolo, pretende comprar um microcomputador para auxiliá-lo na concretizar seus sonhos.

Emi Shimma

A supersemente chega ao mercado

Com o trabalho intitulado "Desenvolvimento de sintéticos de milho (Zea mays L.) para condições rústicas de cultivo", o agrônomo Josué Maldonado Ferreira levou o Prêmio Jovem Cientista/92. "Meu objetivo foi viabilizar a elevação do potencial produtivo do milho em condições ambientais difíceis", resume Josué. Desde 1988 ele se dedica a realizar experiências com milhos geneticamente melhorados. "O material com o qual trabalhamos é fruto de três ciclos de melhoramentos", relata o jovem pesquisador que continua trabalhando com o tema, agora em nível de mestrado. "O processo de melhoramento genético de uma espécie é bastante complexo, requer tempo e muito trabalho."

De acordo com Josué, o melhoramento genético do milho começa com a autofecundação — isto é, a planta é fertilizada com o próprio pólen, ao contrário do que ocorre em ambiente natural. Com isso, os genes com características negativas se manifestam, levando muitas plantas à morte, restando apenas as mais resistentes. As sobreviventes vão formar as chamadas "linhagens de elite", que são cruzadas entre si. Desse cruzamento obtêm-se sementes de qualidade cada vez melhores: o milho sintético.

O trabalho de Josué Ferreira foi realizado com milho sintético, desenvolvido em condições adversas — sem irrigação, com o mínimo de adubação, sem nitrogênio e sem controle de matos ou pragas. Em condições difíceis, esta variedade produziu 3.000 quilos por hectare, enquanto que a média de produtividade do milho híbrido nacional é de 1.700 quilos nessa mesma situação. Em condições ótimas — com irrigação e insumos agrícolas —, o milho de Josué produziu cerca de 10.700 quilos por hectare, contra 8.500 quilos do híbrido comercial.

O pesquisador espera que seu trabalho seja importante para o desenvolvimento de uma agricultura auto-sustentável, com menor consumo de adubos e defensivos e menos prejudicial ao meio ambiente e à saúde da população. Para viabilizar o acesso do sítio à supersemente, a equipe do Departamento de Biologia Aplicada da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do câmpus de Jaboticabal está tentando produzir o maior número possível de sementes e repassá-las a órgãos como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (Cati), vinculada à Secretaria da Agricultura, que se encarregará de reproduzir as sementes e colocá-las no mercado. (E.S.)

Prêmio abre portas

Promovido pelo CNPq, Fundação Roberto Marinho e Grupo Gerdau, o Prêmio Jovem Cientista, lançado em 1981, tem como objetivo incentivar a pesquisa científica e tecnológica no País, visando a melhoria da qualidade de vida da população. O evento, realizado anualmente, possui duas categorias: graduados — profissionais com curso superior e até 40 anos de idade —, e graduandos — estudantes de escolas técnicas e universidades, com idade até 30 anos. A cada ano o CNPq define um tema para o concurso, divulgado na entrega do prêmio anterior. O prêmio, em dinheiro, é distribuído entre os três primeiros colocados. Os seis melhores trabalhos são publicados em livro e distribuídos junto a universidades brasileiras e estrangeiras.

Podem ser inscritos no concurso pesquisas, experimentações ou estudos provenientes de instituições de ensino de todo o País. Os trabalhos são avaliados por uma banca julgadora, escolhida pelo CNPq conforme o tema a ser abordado. "Originalidade, metodologia científica, apresentação e resultados são

alguns dos quesitos levados em consideração na hora da avaliação", informa Ernesto Paterniani, professor aposentado do Departamento de Genética da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (Esalq), que participou da banca julgadora do Prêmio/92. As inscrições são realizadas entre julho e janeiro.

O Prêmio Jovem Cientista tem aberto portas aos vencedores e colaborado na consolidação de suas carreiras. O engenheiro eletrônico Henrique Malvar, vencedor do primeiro concurso, realizado em 1981, por exemplo, hoje é professor e pesquisador da Universidade de Brasília, com livros publicados no Brasil e no Exterior. "O concurso torna o pesquisador conhecido no meio científico, através da divulgação de seu trabalho", diz. O vencedor do certame de 1991, o mecânico Juarez Bezerra Cavalcanti, de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, teve sua vida radicalmente alterada depois da premiação. "Recebi mais de 400 convites para proferir palestras em empresas, universidades e instituições de ensino", contabiliza. "Reservo um dia no mês só para me dedicar a essa atividade." (E.S.)



Com os pais: "ele só nos tem dado alegrias"